



UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GESTÃO PÚBLICA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Belo Horizonte, 6 de Julho de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GESTÃO PÚBLICA

THIAGO DE JESUS FERREIRA

**AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E OS PARLAMENTARES
EVANGÉLICOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Perspectivas para um comportamento coeso na abordagem de temas divergentes
entre esquerda e direita.

BELO HORIZONTE – MG

2016

THIAGO DE JESUS FERREIRA

**AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E OS PARLAMENTARES
EVANGÉLICOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Perspectivas para um comportamento coeso na abordagem de temas divergentes
entre esquerda e direita.

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wanderley
Pinheiro Reis.

BELO HORIZONTE – MG

2016

**AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E OS PARLAMENTARES
EVANGÉLICOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Perspectivas para um comportamento coeso na abordagem de temas divergentes
entre esquerda e direita.

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel Gestão Pública.

Aprovado em _____ de _____ de 2016.

Professor Bruno Wanderley Pinheiro Reis

Professor José Ângelo Machado

Belo Horizonte 6 de Julho de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais,
pela inspiração e ensinamento de que o
conhecimento é um bem de valor inestimável,
mas que por todos pode ser alcançado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aquele que por sua Palavra fez o mundo e tudo que nele há; que é Senhor do céu e da terra; que não necessita de coisa alguma e que dá a todos a vida, a respiração e a sabedoria; que não está longe de cada um de nós e domina sobre a terra, preocupando-se com todas as esferas da vida humana; porque nele vivemos, nos movemos, e existimos e que em breve julgará todas as coisas pela Palavra do seu poder. Agradeço ao amor da minha família. Ao meu pai Aristeu, sábio e educador, que me mostrou o que é ser homem e que me sustentou mesmo após ter me tornado um adulto. À minha mãe Waldívia, mulher valorosa e guerreira! Que sempre me incentivou a estar entre os melhores e que nunca deixou de me oferecer amor e carinho. Aos meus irmãos Jucineia e Leandro, que foram exemplos a seguir na conclusão de um curso de graduação e por serem verdadeiros amigos. Aos meus cunhados Daniel Júnior e Luana, pela amizade e por se parte indispensável da minha família. Agradeço à minha futura esposa Gabriela, que nunca deixou de me dar amor e companheirismo, e que me mostrou o amor de Deus na constituição de uma família. Por fim, agradeço ao professor José Ângelo Machado, que sempre me ajudou durante a graduação e prontamente aceitou o convite para minha avaliação. Ao meu professor orientador Bruno Reis, pelo profissionalismo, colaboração e por mostrar os melhores caminhos na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. A todos demonstro minha satisfação e gratidão ao ser graduado como Gestor Público.

“Aqueles que desejariam induzir a anarquia objetam que, ainda que outrora reis e juízes governaram ao povo rude, no entanto hoje de modo algum, com a perfeição que Cristo trouxe com seu evangelho, se enquadra esse gênero servil de governar. Nisto manifestam não só sua ignorância, mas também seu orgulho diabólico, ao arrogar para si uma perfeição da qual não poderiam mostrar sequer uma centésima parte”

(João Calvino)

RESUMO EM PORTUGUÊS

A Assembleia Nacional Constituinte evidenciou a presença de um segmento político que, até então, parecia estar de fora do jogo – os parlamentares evangélicos. Uma averiguação mais detalhada é capaz de ratificar que a inserção desse grupo nas arenas de decisão política remonta aos primeiros anos do século XX, com as denominações protestantes tradicionais. Porém, somente a partir de 1985 que esse movimento ganha maior notoriedade e se configura como um importante ator das eleições brasileiras em todos os níveis. De maneira similar cresceram as discussões em torno da laicidade das instituições públicas e da relação entre a Igreja e o Estado. As discussões relacionadas a temas morais e éticos se tornaram o objeto principal dos parlamentares evangélicos, principalmente após a formalização da Frente Parlamentar Evangélica. Diante disso, cabe questionar como deve ser o comportamento dos parlamentares evangélicos quando os demais temas seculares, principalmente aqueles relacionados às divergências históricas entre Esquerda e Direita, estão em discussão. Para argumentação em torno de uma perspectiva sobre tal comportamento, este Trabalho de Conclusão de Curso busca na literatura em Ciência Política e em Ciências Sociais os elementos que podem ser determinantes e explicativos às decisões tomadas por esses parlamentares em relação aos temas seculares. Adicionalmente utiliza-se o método dialético de abordagem teórica da pesquisa, a fim de contrapor as ideias liberais e socialistas para compreensão do que hoje chamamos de Esquerda e Direita na política brasileira. Pensava-se que os parlamentares evangélicos seriam afirmados como um grupo completamente diferente das demais bancadas presentes no Congresso Nacional. Contudo, as teorias e dados analisados dão a perspectiva de que esses deputados não se diferenciam dos demais, quando se trata do debate sobre os assuntos seculares. Em outras palavras, os parlamentares evangélicos jogam o mesmo jogo e orientam-se em função das mesmas variáveis que determinam o comportamento dos deputados que não se filiam à bancada evangélica, e mais, verificou-se que esse grupo ainda não foi capaz implementar as mudanças necessárias para transformar estruturalmente a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Esquerda e Direita, Frente Parlamentar Evangélica, Coesão, Comportamento Parlamentar.

ABSTRACT

Constituent National Assembly highlighted the presence of a political segment that seemed to be out of the game – the evangelical parliamentarians. A detailed investigation can confirm that the insert of this group in the political decisions arenas comes in the first years of the twentieth century, with traditional Protestants denominations. However, just in 1985 this movement becomes notorious and is configured as an important actor of Brazilian elections in all levels. In a similar way, the discussion around secularity in the public institutions and the relation between Church and State increased. The discussion related to moral and ethical subjects became the main point to the evangelical parliamentarians, especially after formalizing the Evangelical Parliamentary Front. Therefore, it is questionable how must be the evangelical parliamentarian's behavior when other secular subjects, especially those related to historical differences between Right-wing and Left-wing, are discussed. Arguing around this perspective, this Term Paper looks for elements that can be decisive to the evangelical parliamentarians decisions related to the secular subjects in the Political Science and Social Science literature. Dialectical method is used as the theoretical method in order to oppose Liberals and Socialists ideas to understand Left-wing and Right-wing in the Brazilian policy. It was thought that evangelical parliamentarians would be a totally different group from others at the National Congress. However, data and theories analyzed give the perspective that these deputies are not different from the others, when there is the debate about secular subjects. In other words, the evangelical parliamentarians play the same game and are oriented by the same variables which determine the behavior of the deputies who are no affiliated to the evangelical bench. This group was not able to implement necessary changes in order to modify structurally Brazilian society.

Keywords: Left-wing and Right-wing, Evangelical Parliamentary Front, Cohesion, Parliamentary Behavior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Posições ideológicas de PT e PSDB	36
Figura 2 Evolução dos Parlamentares de Direita em Relação aos Demais	38
Figura 3 Distribuição dos Parlamentares de Acordo o Posicionamento Ideológico em 2014 .	38
Figura 4 Estado <i>versus</i> Iniciativa Privada na Opinião dos Evangélicos.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição dos Parlamentares Evangélicos por Denominação	41
Tabela 2 Parlamentares na Frente Parlamentar Evangélica.....	44
Tabela 3 Deputados da Bancada Evangélica com Quociente Eleitoral em 2014.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 As Fases do Capitalismo.....	27
Quadro 2 Tipos de Abordagem de Acordo com a Ideologia.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família

DEM – Democratas

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

EUA – Estados Unidos da América

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

MEP – Movimento Evangélico Progressista

NUSP/UFPR – Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná

PB - Paraíba

PE – Pernambuco

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PR – Paraná

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

RJ – Rio de Janeiro

SD - Solidarietà

SP – São Paulo

TMI – Teologia da Missão Integral

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UOL – Universo Online

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. POR QUE COMPREENDER A RELAÇÃO “POLÍTICA E RELIGIÃO”?	16
2.1 Introdução	16
2.2 O Calvinismo e a política.....	17
2.3 A Religião e a Política no Brasil.....	20
3. AS IDEOLOGIAS	23
3.1 Introdução	23
3.2 Ascensão e Declínio do Liberalismo	23
3.3 Ascensão e Declínio do Socialismo.....	28
3.4 Esquerda e Direita Ainda Existem?	32
3.5 Esquerda e Direita no Brasil	34
4. SURGIMENTO, REPRESENTAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS.....	40
4.1 Histórico.....	40
4.2 A Frente Parlamentar Evangélica	43
5. O COMPORTAMENTO DOS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS.....	46
5.1 Introdução	46
5.2 A complexidade da Bancada Evangélica.....	46
5.3 Os evangélicos progressistas	50
5.4 Fatores determinantes ao comportamento dos parlamentares evangélicos	50
5.5 Coesão entre os parlamentares evangélicos.....	55
5.6 Os parlamentares evangélicos entre a Esquerda e a Direita	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1. INTRODUÇÃO

O surgimento das expressões “Direita e Esquerda” remonta à Assembleia Nacional Constituinte da França em 1789 – vésperas da Revolução Francesa – e a terminologia foi utilizada por mera conveniência, em função do local onde cada representação se assentava no parlamento. Os “assentados à direita” representavam os estatistas e intervencionistas, enquanto os “assentados à esquerda” eram ideologicamente opostos. Assim escreve Dean Russell¹ sobre o acontecimento;

Os legisladores que estavam assentados do lato direito eram chamados de Partido da Direita, ou Direitistas. Os Direitistas ou 'reacionários' defendiam um governo nacional altamente centralizado, leis especiais e privilégios para sindicatos e vários outros grupos e classes, monopólios estatais sobre os setores estratégicos e básicos para a vida, e uma continuação dos controles governamentais sobre preços, produção e distribuição (RUSSEL, 1951, p. 3).

Com o surgimento do grupo autoritário e laicista dos Jacobinos, liderado por Maximilien de Robespierre, o significado de esquerda passou a ter uma conotação diferente. Eram considerados esquerdistas aqueles que possuíam ideal igualitário republicano e revolucionário – mais tarde o mesmo conceito foi designado às vertentes do socialismo marxista. Anos mais tarde, para o comunismo de Moscou, qualquer ideologia que não fosse socialista ou comunista era, por definição, fascista – ou “direitista”. Propositamente, não serão feitas análises para demonstrar como as ideologias fascista e comunista se assemelham estruturalmente ou o contrário. A incompreensão das definições sobre direita e esquerda nos direciona a análise das duas ideologias políticas centradas no fenômeno da Revolução Industrial – o Liberalismo, e em consequência dele o Socialismo.

Este Trabalho de conclusão de Curso insere a variável “religião”² no debate sobre as ideologias políticas sob o seguinte questionamento: *É possível prever a existência de coesão no comportamento político dos parlamentares evangélicos brasileiros, quando analisamos temas seculares e divergentes no debate entre Esquerda e Direita?* Para se chegar a algumas conclusões a esse respeito, será realizada uma revisão de parte da literatura em Ciência Política e em Ciências Sociais, além da contraposição entre as ideias de esquerda e direita, a fim de obter os elementos que podem ser determinantes e explicativos às decisões tomadas pelos parlamentares evangélicos. Sendo assim, este documento está dividido em quatro partes que se relacionam.

¹ *In*: The First Leftist [Irvington-on-Hudson, N.Y.: Foundation for Economic Education].

² Exclusivamente o cristianismo, com destaque para a vertente protestante.

Na primeira parte busca-se melhor compreensão daquilo que chamamos de relação entre Religião e Política, apresentando a defesa de que quando falamos a esse respeito não advogamos em prol da confusão entre Igreja e Estado. Além disso, é defendida a tese de que a religião não deve ser excluída das decisões políticas de um país e que os representantes políticos protestantes devem se apegar aos ideais e valores que se fundamentam na Bíblia³.

A segunda parte do trabalho trata das ideologias políticas. Por meio de uma abordagem histórica sobre as origens e declínio do Liberalismo e do Socialismo, chega-se ao entendimento do que hoje chamamos de esquerda e direita. Nesse sentido, também é estudado como esse debate tem se desenvolvido no Brasil recente.

O surgimento dos parlamentares evangélicos no Brasil é o assunto da terceira parte deste estudo. Entender as origens desse movimento e como se diferencia internamente entre tradicionais, pentecostais e neopentecostais, além de conhecer como atua a Frente Parlamentar Evangélica é fundamental para encontrar as variáveis que determinam o comportamento dos parlamentares evangélicos.

Finalmente, a última parte deste Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se na breve revisão bibliográfica sobre algumas das variáveis que determinam o comportamento parlamentar. Com base na teoria e nos dados encontrados será possível traçar perspectivas para o comportamento coeso ou não dos parlamentares evangélicos, quando abordamos temas seculares e divergentes entre a esquerda e a direita política brasileiras.

³ Esses ideais não pressupõem que a Bíblia determina qual a modalidade de governo é a mais adequada ou que ela dispõe de um arcabouço detalhado sobre o comportamento e organização política de um país como o Brasil. Cabe ressaltar o papel da Reforma Protestante na consolidação da defesa de que a religião deve sempre se envolver nas arenas de decisão política.

2. POR QUE COMPREENDER A RELAÇÃO “POLÍTICA E RELIGIÃO”?

2.1 Introdução

“*A esfera do Estado não é profana*”. Essa frase é do teólogo e Primeiro-Ministro dos Países Baixos entre 1901 e 1905, Abraham Kuyper (2003. p. 92). A intenção de mencionar essa afirmativa é questionar dois tipos de posicionamento. De um lado aqueles protestantes que consideram a política como algo “carnal” e que cabe aos carnavais o envolvimento e, por outro lado os defensores paradoxais da democracia e do Estado laico que as instituições religiosas – entendidas aqui em sentido amplo – devem limitar-se a atuar religiosamente e não se envolver no campo político. Aqui certamente existe uma confusão.

O primeiro grupo talvez pense assim por ainda se ater aos velhos jargões criados pela má interpretação bíblica de que “de uma mesma fonte não pode jorrar água doce e salgada”, “luz e trevas não combinam”, “devemos pensar nas coisas lá do alto e não nas coisas terrenas”, “devemos separar o joio do trigo”, e por aí vai. Esse tipo de postura certamente faria com que teólogos como João Calvino e Abraham Kuyper se contorcêssem em seus túmulos.

O segundo grupo gaba-se de um paradoxo – e até mesmo hipocrisia – de que a democracia deve ser sustentada, mas que a religião não deve se envolver no campo da política. Cabem aqui alguns questionamentos: A democracia deverá ser ratificada por meio da exclusão religiosa? Essa separação se aplica somente às religiões cristãs? Com respostas positivas ou negativas às perguntas, de um paradoxo partiremos para a incoerência.

Superando intencionalmente tal discussão, uma diferenciação é fundamental para que prossigamos sem dificuldades. Quando falamos em Religião e Política não estamos defendendo a mistura entre Igreja e Estado!

2.2 O Calvinismo e a política

Em seu tempo João Calvino⁴ foi capaz de, além de estruturar e sistematizar o pensamento cristão, propor mudanças fundamentais na sociedade de Genebra. Teólogos posteriores deram o nome de “calvinismo” àquilo que fora sistematizado nas *Institutas da Religião Cristã*⁵. O calvinismo é um sistema teológico que busca inserir valores cristãos em todas as esferas da sociedade, inclusive na política – embora grande parte da sistematização não tenha sido concluída pelo próprio Calvino.

O pensamento de João Calvino sobre o Estado circulava entre os huguenotes franceses do século XVII, meio da publicação de Theodore Beza intitulado *De Jure Magistratum e Franco-Gallia* de François Hotman. Além disso, outros reformadores foram responsáveis por disseminar as ideias calvinistas, como Ulrico Zuínglio, Henrique Bullinger, John Knox, Abraham Kuyper e Karl Barth. Para os historiadores,

O lugar que Calvino merece na História é resultado de seu êxito e talento como legislador. Como teólogo seguiu os passos de outros; como legislador, foi um pioneiro. O seu sistema doutrinário era derivado, enquanto que sua concepção política foi um novo despontar que fundamentava o edifício social sobre novos princípios. Certamente merece que seja reconhecido o estabelecimento de um sistema político e legal próprio, que – direta ou indiretamente – influenciou profundamente todas as instituições democráticas subsequentes (FAIRBAIN, 1918, p. 364).

E ainda,

A história deve dar a Calvino o título de grande legislador. Como teólogo foi um seguidor, como legislador foi um pioneiro. Seu sistema de doutrina foi derivado em tanto que sua economia política rompeu um novo mundo e estabeleceu o edifício social sobre novos princípios. Este modelo tem influenciado profundamente – direta e indiretamente todas as instituições democráticas subsequentes (FAIRBAIRN, 1918 *apud* DOURADO, 2009. p. 6).

No *Contrato Social*, Jean-Jacques Rousseau também exaltou a genialidade do escritor;

Os que falam de Calvino como se este fora tão somente um teólogo, estão longe de apreciar a amplitude de sua genialidade. A sua importante contribuição na estruturação de nossas leis mais sábias lhe honra tanto como as suas *Institutas da Religião Cristã*. Nestes tempos instáveis não sabemos a sorte que guarda à religião, mas enquanto subsistir entre nós o amor ao país e à liberdade, a memória deste grande homem será sempre reverenciada (ROUSSEAU, 1964, p. 28).

João Calvino preocupava-se intensamente com as realidades sociais de sua época baseando-se na compreensão de que o desejo de Deus é de que haja justiça e integridade em todas as relações. Suas ideias, inclusive, serviram de fundamento para posicionamentos

⁴ Nascido em Noyon na França em 1509, João Calvino foi um teólogo reformador do século XVI e defensor da soberania de Deus em todas as esferas da existência humana. Foi o principal responsável pela estruturação da sociedade de Genebra em sua época, fundador da primeira escola pública e referência para o pensamento cristão.

⁵ O Capítulo XX do Livro IV trata “Da Administração Política”.

econômicos e sociais posteriores. Para ele, assim como a igreja e a família, a esfera política foi criada por Deus e este suscita uma ordem que visa manter os seres humanos ligados a uma moral, que se confirma mediante a coação. Essa *ordem política* não visa, necessariamente, renovar as mentes das pessoas por meio do cristianismo, mas seu objetivo é não deixar que as sociedades entrem em colapso (BIELER, 2009. p. 23). André Biéler diz que os cristãos se envolvem politicamente a partir do momento em que tomam conhecimento de suas responsabilidades, estas têm origem em sua própria fé. O pensamento de João Calvino sobre o envolvimento religioso no campo da política pode ser sintetizado da seguinte maneira:

1. Contribuindo, em primeiro lugar, pelo seu engajamento pessoal, a construir no seio da sociedade uma comunidade cristã tão fiel quanto possível ao Evangelho. Nisso reside, seguramente, sua colaboração mais importante à vida cívica do país. E nisso fazem prova de patriotismo esclarecido.
2. Em seguida, participando pessoalmente na ação política para aperfeiçoar cada vez mais a vida da sociedade pelos meios legais e institucionais.
3. Enfim, recusando-se energicamente a obedecer ao Estado toda vez que este lhes impõe deveres incompatíveis com as exigências do Evangelho. (BIELER, 2009. p. 25-26).

Nesse sentido, algumas considerações nos fazem perceber o quão diferente é o ideal clássico do envolvimento religioso na política daquele que vemos em nossos dias. O primeiro diz respeito à comunidade cristã fiel, ou seja, aquela que não abre mão de seus valores e princípios em prol de conseguir benefícios para sua denominação religiosa ou de si mesmo. O segundo refere-se à utilização dos meios institucionais de participação, reforçando a tese defendida por Abraham Kuyper (2003, p. 101; 113) de que o Estado é soberano em sua esfera de atuação e que deve permitir a existência dos locais de culto religioso. A participação religiosa na política por meio de ferramentas diferentes daquelas previstas constitucionalmente é incoerente à compreensão cristã de que todas as autoridades são constituídas por Deus e que todas as pessoas devem a elas obrigação. Por fim, os cristãos devem ter consciência e possibilidade de resistir à intromissão estatal no campo religioso quando este atua em oposição aos valores cristãos, extrapolando sua esfera de atuação e deturpando a liberdade religiosa.

Olhando para o calvinismo, não caímos na ingenuidade de achar que a Bíblia possui um sistema político organizado ou qual deve ser o tipo ideal do ordenamento político – seja ele democrático, monárquico ou aristocrático. Porém, para a comunidade cristã fiel, a Bíblia oferece princípios elementares e imutáveis nos quais os sistemas políticos devem se fundamentar. Orientados por tais princípios é que os protestantes fiéis deverão proceder no processo de envolvimento político.

O político cristão holandês Abraham Kuyper tornou-se propagador das ideias de Calvino sobre política e governo civil. Kuyper viveu em uma época em que o cristianismo ainda estava em alta na Europa e conseguiu implantar amplamente os posicionamentos calvinistas enquanto era Primeiro-Ministro, porém, os tempos mudaram. Certamente que em nossos dias não podemos falar em um Estado com referência em Deus, pois, esse mesmo Estado deve advogar a causa de outras religiões – ou não-religiões – para que possam professar sua fé de acordo com sua própria consciência. A esse respeito, deveria ser consenso entre os protestantes brasileiros que a sua causa não é única e que sua atuação na política deve se dar por meio das ferramentas institucionais providas pelo próprio Estado. E ainda mais, deveriam contestar qualquer forma de conciliação entre as instituições religiosas e as instituições estatais. Ao contrário, a ocupação do espaço público deve ser feito pelos protestantes, de maneira fiel e em respeito aos demais seguimentos da sociedade, afinal,

Que isto deveria ser assim torna-se imediatamente evidente a todos que são capazes de apreciar o fato de que **nenhum esquema político** jamais se tornou dominante a menos que tenha sido fundado numa concepção religiosa específica ou numa concepção anti-religiosa (KUYPER, 2003. p. 92, **grifamos**).

A notável concepção antirreligiosa certamente é a União Soviética – URSS. Naquele mundo marxista, a separação entre a igreja e o Estado era considerada ao ponto de que a influencia religiosa do cristianismo na sociedade era praticamente inexistente. Não havia permissão para influenciar muito menos educar de maneira cristã. Para os marxistas e até mesmo para os teólogos marxistas a separação da igreja e o Estado significa a mesma coisa que separar a religião da política.

Segundo Max Weber⁶ existe uma associação positiva entre o capitalismo e o calvinismo ao dizer que o instituto da predestinação levava os crentes a fervorosamente buscarem sucesso em seus negócios, como forma de confirmação da eleição divina. Obviamente são conclusões que se baseiam no parco conhecimento daquilo que era a intenção de João Calvino, mas, por outro lado era a ideia de um número considerável de calvinistas. Calvino não associou o sucesso material ao pertencimento a uma comunidade espiritual, muito menos incentivou que os eleitos assim deveriam prosseguir na busca desenfreada pelo sucesso nos negócios⁷. Na concepção calvinista as riquezas são bênçãos que Deus compartilha com toda a comunidade e os necessitados. Sua ética e sua teologia influenciaram o pensamento econômico e capitalista subsequente, porém, divergem completamente dos exageros do capitalismo moderno. A esse respeito é recomendável uma pesquisa bibliográfica

⁶ Max Weber trata sobre o assunto em seu livro clássico “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, publicado em 1904.

⁷ Para melhor entendimento, recomenda-se a leitura dos Capítulos VII, XV, XVIII, XXI, XXIV, do Livro III das Institutas da Religião Cristã.

sobre as contribuições que Calvino deu nas áreas de assistência social, educação, responsabilidade pública e resolução de problemas estruturais da cidade de Genebra como o desemprego.

A conclusão a que se pode chegar é que toda a decisão política é baseada em algum tipo de moral e essa moral se baseia em alguma religião ou na negação das religiões. O governo civil tem a ver com a política e os políticos (brasileiros) apenas exercem suas funções porque foram eleitos. Sendo assim, quais os motivos que nos levam a pensar que Religião e Política não devem se misturar? Por sua vez, a história, a experiência e a sensatez nos mostram que, quando Estado e a Igreja decidem se misturar ou o Estado se tornar uma religião, é a mesma coisa que dizer que colocamos um câncer na sociedade. A Igreja Católica medieval e o comunismo soviético são exemplos clássicos.

2.3 A Religião e a Política no Brasil

Como poderá ser visto mais adiante neste trabalho, a inserção de parlamentares religiosos na política brasileira não é um fenômeno recente. Porém, a interferência/inserção das religiões – e principalmente dos evangélicos – no campo político têm sido objeto de estudo constante principalmente por sua relevância no debate sobre temas polêmicos – como, por exemplo, união de pessoas do mesmo sexo, aborto, pesquisas com células-tronco, maioria penal, porte de armas de fogo e uso de drogas (CERVEIRA, 2011). Nesse sentido, é importante mencionar que há temas que podem tornar os parlamentares religiosos mais coesos, porém outros assuntos os fazem dispersar-se. Essa dispersão pode se dar no campo das ideologias políticas, diferenciando parlamentares socialistas de parlamentares liberais, ou simplesmente esquerda e direita.

Em tese, o Brasil pode ser considerado como um país predominantemente cristão e dois atores desse meio influenciam pesadamente as decisões dos eleitores. São as igrejas evangélicas – principalmente aquelas pentecostais – e a Igreja Católica. Como velha participante da política brasileira a Igreja Católica chega a estabelecer relações bastante estreitas com o poder público, além de se posicionar publicamente sobre temas morais e que não estão de acordo com seus interesses. Comparando-se à Igreja Católica, a participação evangélica na política é um fenômeno recente em termos de visibilidade. Conforme Maria das Dores Campos Machado (2006, p. 17),

Os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988, quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, mais precisamente evangélica. As investigações sobre a inserção eclesial e o comportamento dos atores religiosos naquele contexto destacavam o fisiologismo, o conservadorismo e o corporativismo dos evangélicos.

Para prosseguir sem maiores dificuldades é necessário que façamos a diferenciação entre as igrejas tradicionais, pentecostais e neopentecostais.

As igrejas tradicionais são aquelas que surgiram a partir da Reforma Protestante, por meio do rompimento de Martinho Lutero. Como características principais, os protestantes tradicionais prezam pelo ensino profundo da Bíblia, rejeitam a adoração a imagens, não creem nas línguas estáticas e concentram seus ensinamentos na aplicação dos ensinamentos bíblicos na vida diária. As principais denominações são a Luterana, Anglicana, Presbiteriana, Batista e Metodista.

As igrejas pentecostais surgiram em 1901 nos Estados Unidos quando um grupo de pessoas acreditou ter recebido a visita do Espírito Santo assim como no relato bíblico do livro de Atos dos Apóstolos. Os pentecostais acreditam nas manifestações espirituais das línguas estranhas ou estáticas, admitem manifestações espirituais extraordinárias para a cura de enfermidades e para profecias. As principais denominações pentecostais são a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil, a Igreja Deus é Amor e a Igreja do Evangelho Quadrangular.

Por fim, os neopentecostais são o terceiro movimento e surgiu por volta da década de 1970. Seus hábitos são menos rígidos que os das igrejas pentecostais, focam no crescimento numérico das comunidades e valorizam as questões financeiras da vida humana como resultado das bênçãos de Deus. Deste grupo fazem parte a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Renascer em Cristo, dentre outras.

Os evangélicos brasileiros são ávidos competidores quando se trata da busca de seguidores. Competem constantemente com as religiões afro-brasileiras e com a Igreja Católica. Tal busca por crescimento chega a acontecer inclusive entre as denominações evangélicas – principalmente as pentecostais. A despeito das competições internas e externas, as denominações evangélicas tem percebido, por motivos econômicos, religiosos e políticos, que a política também é um campo onde devem se inserir. Nos últimos anos esses grupos tem demonstrado considerável presença no poder Legislativo dos estados e municípios, além de expressivo crescimento da representação no Congresso Nacional.

Além de buscar pautar as agendas de decisões políticas em todo país, os grupos evangélicos levam seus princípios e valores ao campo da política. Sua atuação partidária é marcada por posturas conservadoras, tradicionais e com contornos corporativistas. Sem dúvida, sua relevância é um consenso. Porém, não se pode cair no erro de pensar que os agrupamentos políticos configuram-se como um grupo coeso e uniforme. A esse respeito é possível mencionar o surgimento de movimentos chamados de seguidores da Teologia da Missão Integral – TMI que carrega consideráveis traços da Teologia da Libertação e procedimentos com viés marxista. Nesse sentido, é possível perceber que existem pensamentos antagônicos entre os evangélicos, pois, como dito anteriormente, não devemos desconsiderar as influências dos ensinamentos de João Calvino e dos grupos Liberais Conservadores.

No Congresso Nacional os parlamentares evangélicos estão no meio de todo tipo de debate, inclusive aqueles que consideraram a configuração plena de um Estado laico. As contribuições de João Calvino no que diz respeito à inserção da religião no campo político, além de suas contribuições para o pensamento econômico e, o surgimento do socialismo com sua inserção no Estado e no comportamento de determinados grupos evangélicos nos levam ao seguinte questionamento: Como deveria ser o comportamento dos deputados evangélicos quando inserimos no debate, temáticas que se relacionam com as divergências históricas entre esquerda e direita?

Este Trabalho de conclusão de Curso pretende fazer uma breve revisão da bibliográfica em Ciência Política sobre o encontro dessas duas temáticas: A existência de uma polaridade, a saber, Esquerda e Direita, e o surgimento dos parlamentares evangélicos no cenário político brasileiro. Nesse sentido, pretende-se levantar questões que serão consideradas pelos parlamentares evangélicos no momento em que abordarem temas divergentes entre a Esquerda e a Direita. A hipótese de que os parlamentares evangélicos são um grupo coeso e uniforme no comportamento político, somente será confirmada se atentarmos para algumas questões-chave que envolvem a atuação parlamentar. O trabalho retoma o surgimento das ideologias clássicas para compreensão daquilo que chamamos de Esquerda e Direita, posteriormente analisamos como essa polaridade está presente na política brasileira. O próximo passo será compreender o surgimento dos parlamentares religiosos no campo político nacional e traçar brevemente qual é o perfil da Frente Parlamentar Evangélica. Por fim, analisamos as determinantes do comportamento parlamentar que deverão nortear os parlamentares evangélicos ao abordarem temas divergentes entre esquerda e direita.

3. AS IDEOLOGIAS

3.1 Introdução

Antes do século XVIII o feudalismo proporcionava uma vida curta e que os dominantes governavam em prol da conquista militar, alicerçados num suposto parecer divino sobre seu poder. Nesse período, duas grandes ideologias políticas se formaram na Europa Ocidental acompanhando o fenômeno revolucionário dos séculos XVII e XVIII – o Liberalismo e o Socialismo.

Uma retrospectiva histórica sobre o surgimento dessas duas forças é fundamental à compreensão do que hoje chamamos de Direita e Esquerda e ao comportamento das elites políticas que se orientam por tais ideologias.

3.2 Ascensão e Declínio do Liberalismo

O que é o liberalismo? Quais são suas origens? Como o liberalismo se estrutura? Quais são suas características? O que o futuro reserva ao liberalismo? Perguntas como essas são orientadoras e vêm à tona quando pensamos em compreender o pensamento político liberal. Obviamente, não é nossa pretensão esgotar o conteúdo sobre as origens do Liberalismo, porém, pretendemos demonstrar aqui quais são suas origens e os fatores que o levaram ao declínio.

O desenvolvimento da ideia de consciência cívica⁸ na Inglaterra do século XVII foi essencial para a alteração do pensamento político daquela época. Conseqüentemente o surgimento do Liberalismo relaciona-se com as alterações políticas daquele período e ainda, sobre aquelas que dizem respeito aos modos de apropriação e exploração da propriedade.

Para Macpherson (1979), os princípios básicos que deram origem ao liberalismo remontam às lutas no Parlamento Inglês, na guerra civil, na revolução constitucional, a experiência republicana e na restauração da monarquia inglesa. Crescia àquela época o sentimento de que a propriedade privada constituía-se em algo inegociável, ou seja, o

8 Para AMADEO (2011), a consciência cívica refere-se ao entendimento de que existe uma ordem pública e a ordem social é um espaço em que os ideais e problemas se tornam comuns. Sendo assim, a discussão política se baseia nesse compartilhamento de propósitos e problemas.

indivíduo era dono de si mesmo e de suas capacidades, por isso nada devia à sociedade. Essa percepção o caracterizava como um indivíduo fundamentalmente livre. Nesse sentido, as instituições políticas deveriam ser capazes e responsáveis por assegurar a proteção dessa propriedade e proporcionar as relações (trocas) de mercado.

O conceito de liberdade⁹ configura-se como o valor fundamental para o liberalismo. Ademais, seus princípios podem ser sintetizados em: Tolerância, defesa da propriedade privada, limitação do poder e Individualismo (MISES, 2010). Para Bobbio *et al* (1997), a liberdade defendida pelos liberais possui um único significado, o de que o Estado defina os limites da liberdade natural, determinando o local de arbítrio de cada pessoa.

Outro princípio do liberalismo é a tolerância, que se define a partir da premissa de liberdade religiosa. Surge a partir da Reforma Protestante e John Locke escreveu a seu respeito:

[...] ninguém pode impor-se a si mesmo ou aos outros, quer como obediente súdito de seu príncipe, quer como sincero venerador de Deus: considero isso necessário sobretudo para distinguir entre as funções do governo civil e da religião, e para demarcar as verdadeiras fronteiras entre a Igreja e a comunidade. Se isso não for feito, não se pode pôr um fim às controvérsias entre os que realmente têm, ou pretendem ter, um profundo interesse pela salvação das almas, de um lado, e, de outro, pela segurança da comunidade (LOCKE, 1973, p. 11).

A defesa da propriedade privada possibilita a preservação das relações capitalistas de produção. Como tônica do pensamento liberal, temos a limitação do poder, reduzindo-o – referindo-se ao Estado – a meros procedimentos jurídicos e políticos. Por fim, temos o princípio do individualismo que, principalmente com o surgimento do Socialismo, ganhou sentido de egoísmo. Porém, para Roque Spencer Maciel de Barros:

[...] o individualismo é sinônimo de confiança no indivíduo e convite ao seu esforço, à procura da máxima tensão de suas forças em busca de seus próprios alvos, sem que isso represente, de maneira alguma, desconhecimento do outro ou desrespeito ao outro, isto é, sem que se confunda, como o sugerem os coletivistas, como forma vulgar de egoísmo (BARROS, 1992, p. 46).

As ideias liberais eram inicialmente consideradas como esperança, progresso e liberdade, porém, é de se mencionar que constituíam-se como uma oposição ao estatismo e conservantismo que visava à restauração da hierarquia, da servidão e da teocracia nos moldes da Velha Ordem feudal. Era o partido da razão em detrimento da tradição e do romantismo dos conservadores e – poucos autores se atêm a esse ponto – o liberalismo era, em essência, de “esquerda”, radical e revolucionário.

9 Para os liberais a liberdade é possuir liberdade de pensamento, expressão e religião, a fim de evitar o arbítrio e as lutas religiosas (ARANHA, 1993).

Em relação aos autores que se inserem no Liberalismo Clássico temos, conforme Lafer (1991), John Locke¹⁰ (1632-1704), Adam Smith (1723-1790), Charles-Louis de Secondat “Montesquieu” (1689-1755), Immanuel Kant (1774-1804), Benjamin Constant (1767- 1830), Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt (1767-1835), Alexis Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873).

Certamente que John Locke pode ser considerado como o pai do Liberalismo clássico. Sustentava que todo tipo de governo era originário de um pacto ou contrato firmado entre os indivíduos para a proteção da vida, da liberdade e da propriedade individual. Tal contrato era revogável e dava aos signatários a possibilidade de desconfiar do governante e rebelarem-se quando este não fosse considerado apto ao desempenho da função. Para Locke, o Estado não era uma criação de Deus, mas o resultado da união política consensual realizada por homens livres e iguais.

O liberalismo emerge como resultado da luta da burguesia contra a nobreza e a Igreja, a fim de conseguir acesso ao controle político do Estado e tentando superar os obstáculos do feudalismo ao desenvolvimento da economia. Seu processo de desenvolvimento foi demorado, perpassando por muitos séculos na defesa das liberdades individuais e da limitação dos poderes do Estado. Nesse sentido, podemos verificar que o liberalismo tem diferentes variedades e tendências que mudam de acordo com os diferentes países e épocas. Dos primeiros ideais (liberdade individual frente ao Estado e Igreja), o liberalismo dos séculos XVIII e XIX propunha a ideia de livre mercado e a limitação dos poderes estatais por meio de mecanismos institucionais – como o federalismo e a separação dos poderes. A esse respeito escreve Paulo Bonavides (1995, p. 141):

Locke vira apenas o homem e sua liberdade, o homem e seus direitos naturais, sem ter visto o homem e a garantia dessa mesma liberdade e desses mesmos direitos. [...] Dizer que Montesquieu foi apenas o vulgarizador da Constituição inglesa, o discípulo fervoroso de Locke, seria fazer grave injustiça ao pensador que se serve do comentário à liberdade inglesa para tirar do exemplo da ilha vizinha, por um glorioso equívoco a técnica horizontal da separação de poderes e associá-la à técnica vertical dos corpos intermediários, lançando assim ao liberalismo as bases sobre as quais assentou no Ocidente a moderna experiência governativa do século XIX.

A despeito do ideal revolucionário inicial do liberalismo, o século XIX é a demonstração de seu declínio. Mas, quais foram os motivos que levaram o liberalismo a se perder no meio do caminho?

10 Locke destacou-se principalmente no campo da teoria do conhecimento (epistemologia), política, educação e medicina. É considerado por muitos como o pai do empirismo moderno e o primeiro grande teórico do Liberalismo.

Para Rothbard¹¹ (2010, p.18), o declínio do liberalismo está ligado a duas causas:

A primeira é o abandono da teoria dos direitos naturais e da "lei maior" em favor do utilitarismo, já que apenas formas da teoria da lei maior ou da lei natural podem proporcionar uma base radical, fora do sistema existente, a partir da qual se pode contestar o *status quo*; e somente tal teoria fornece o sentido de imediação necessário à luta libertária, na medida em que se concentra na importância vital de levar os governantes criminosos de hoje ao tribunal de justiça.

O surgimento do utilitarismo dentro do pensamento liberal pode, em certa medida, ser atribuído ao princípio do individualismo, ou seja, a justiça anteriormente proposta foi substituída pelo oportunismo. A estagnação levou os pensadores liberais à condição de apologistas do *status quo*.

A segunda causa refere-se à influência do pensamento evolucionista,

A segunda grande influência filosófica sobre o declínio do liberalismo foi o evolucionismo, ou darwinismo social, que desferiu o golpe final sobre essa doutrina como força radical na sociedade. O darwinista social contemplou a história e a sociedade de maneira distorcida, através das lentes pacíficas e róseas da evolução social infinitamente lenta, infinitamente gradual. Ignorando o fato básico de que jamais na história uma casta dominante abriu mão de seu poder de forma voluntária e que, por conseguinte, o liberalismo teria de abrir caminho por meio de uma série de revoluções (ROTHBARD, 2010, p 18).

Os pensadores darwinistas do campo social acreditavam que a etapa seguinte da sociedade deveria aguardar por uma evolução gradual e certa. Porém, ao analisar a teoria darwinista, essa pseudo revolução poderia demorar milhares de anos.

A partir dessas influências, os liberais clássicos ingleses do início do século XIX tomaram a direção de moderação em relação radicalismo e partiram para o conservantismo. Esse movimento de mudança pode ser percebido durante o período de libertação nacional da Irlanda e sua luta contra o imperialismo político inglês. Já nos Estados Unidos, os ideais realmente radicais do liberalismo continuaram durante quase todo o século XIX

Rothbard (2010, p. 19) ainda acrescenta que o liberalismo clássico sofreu uma deterioração interna de seus princípios fundamentais. As metas de transformação radical da sociedade foram sendo deixadas de lado e o ideal revolucionário dos “esquerdistas” foi abandonado para uma simples defesa do *status quo*. Nesse sentido, observamos que o liberalismo desviou-se à direita no campo teórico e prático aguardando por uma revolução silenciosa e inevitável. Gradualmente abandonava-se a liberdade absoluta no campo das teorias.

11 Murray N. Rothbard (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca, fundador e propagador do Libertarianismo moderno.

O surgimento do liberalismo clássico na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII constituiu num plano de fundo para o amadurecimento de outro fenômeno, o Capitalismo. Bresser-Pereira (2011, p. 7), diz que a história humana é dividida exclusivamente em duas fases – uma pré-capitalista e uma capitalista¹². Na primeira, as comunidades eram primitivas, os impérios dominavam por meio da escravidão e da chancela divina, o feudalismo predominava e as sociedades eram basicamente aristocráticas. O liberalismo insere-se nesse longo período de transição da sociedade europeia que inicia-se no norte da Itália no século XIV e termina com a Revolução Industrial no final do século XVIII. A revolução capitalista, para Bresser-Pereira é a transformação substancial da história humana a partir da Europa:

A revolução capitalista é a transformação fundamental da história humana depois do surgimento da agricultura e da passagem das sociedades nômades para as sedentárias e a formação das primeiras civilizações ou impérios. No plano econômico, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado Nação. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p.7)

Porém, para que, de fato, surgisse o desenvolvimento econômico nos padrões capitalistas, era necessário que as nações e cidades estado se transformassem simplesmente em Estados Nacionais. Com eles, viriam os ordenamentos jurídicos e a administração pública para formação de uma unidade política territorial dominante (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 7).

Para a maioria dos autores, a evolução capitalista pode ser dividida em três fases, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 As Fases do Capitalismo

Período	Revoluções	Fases	Subfases
Século XIV a XVIII		Capitalismo Comercial	
1750-1800	Revolução Industrial		
Século XIX		Capitalismo Clássico	
1900-1950	Revolução		

¹² Obviamente que a mesma perspectiva pode ser adotada pelos defensores do Socialismo.

Organizacional

1900- 1978		Capitalismo Profissional	Fordismo
1949-1978			30 Anos Gloriosos
1979-2008			30 Anos Neoliberais

Fonte: Bresser-Pereira, 2011.

O capitalismo comercial ou pré-capitalismo (séculos XVI a XVIII) é caracterizado pela expansão marítima europeia e pelo acúmulo de riquezas provenientes das colônias. O capitalismo industrial ou clássico se inicia com a Revolução Industrial e é caracterizado pelo desenvolvimento do comércio dos produtos industrializados das (novas) grandes fábricas e pelas grandes produções proporcionadas pelas máquinas a vapor. O capitalismo profissional ou monopolista-financeiro é o capitalismo do século XX e atual iniciado após a Segunda Grande Guerra Mundial. Essa fase é caracterizada pela grande movimentação de capitais, surgimento das indústrias mundiais, dos grandes bancos e da elevada concorrência financeira nos mercados globais.

Mas, Karl Marx acreditava que em algum momento no tempo a sociedade capitalista seria superada pelo comunismo:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas se tornar a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tiverem crescido também as forças produtivas e estiverem então fluindo em toda a sua plenitude os mananciais da riqueza coletiva, somente então o estreito horizonte do Direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 1875, p. 263).

Talvez por meio de uma análise histórica mais detalhada ratificaríamos que o socialismo realmente fora implantado, porém, o sonho marxista da sociedade comunista plena jamais existiu, seu funcionamento nunca foi detalhado e a utopia ainda é uma boa definição.

3.3 *Ascensão e Declínio do Socialismo*

Como vimos, o liberalismo passou por transformações que corromperam seus ideais e o colocou no campo da apologia. Por causa disso, a sociedade ocidental europeia não tinha

referências de um partido da esperança e nenhum movimento que fosse considerado de esquerda para opor-se ao poder do Estado. É nessa possibilidade que emerge o Socialismo.

A gênese do socialismo – considerando os precedentes e ideias anteriores – pode ser atribuída à Revolução Francesa (1789–1799) e nas transformações ocorridas na Europa Ocidental por conta da Revolução Industrial. Porém, o socialismo tal qual conhecemos hoje, tem origem no final do século XVIII nas classes intelectuais e de movimentos políticos dos trabalhadores que se diziam explorados pelo processo de industrialização.

Pierre Leroux¹³ é considerado o primeiro a usar o termo “socialismo”, entre 1832 e 1834, e o chamava assim porque constituía-se numa doutrina que não pretendia abrir mão dos ideais da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A palavra “comunismo” também foi empregada pela primeira vez na França para designar grupos revolucionários secretos que existiam na cidade de Paris na década de 1830.

Os precedentes e ideias anteriores referem-se aos movimentos camponeses durante o período de transição do feudalismo para o capitalismo e à postura dos jacobinos durante a Revolução Francesa de 1789. Os camponeses reivindicavam acesso às propriedades pelos trabalhadores e a ala radical dos jacobinos que chegou ao poder na França em 1793 foi a responsável pelo desenvolvimento de uma política agrária que deu acesso às terras aos mais pobres. Era a semente do ideal de repartição da propriedade privada e fim dos monopólios dos grandes latifundiários nobres por meio da limitação dessas propriedades.

A Revolução Industrial evidenciou duas classes sociais que conviviam no mesmo espaço, porém, em condições completamente opostas: a burguesia e o proletariado. Em certa medida a burguesia abandonou o comércio e passou à produção de mercadorias como principal fonte de riquezas, além disso, detinha maior participação nas ações do Estado. O trabalho operário era coletivo e exaustivo. Aos trabalhadores restavam péssimas condições para trabalhar, longas jornadas, péssimas habitações nas proximidades das fábricas e a falta de regulamentação das relações de trabalho, por parte do Estado.

As condições impostas aos trabalhadores favoreciam às manifestações e à insurgência de revoluções. O surgimento do movimento cartista inglês de 1830 demonstrou que a maneira mais apropriada para que os operários superassem sua situação era a luta pelo controle do poder estatal. Na França da década de 1840, Louis Blanc e o socialismo reformista

13 Pierre Leroux foi um político e filósofo francês nascido no ano de 1871. Fundou o jornal Le Globe em 1824 e era conhecido por defender a classe operária e o socialismo.

propunham a participação dos trabalhadores nas eleições enquanto Auguste Blanqui com o socialismo revolucionário, propunha a luta armada dos operários para o alcance da liberdade. Na Alemanha floresciam os pensamentos de Karl Marx e Friedrich Engels com a publicação do “Manifesto do Partido Comunista” em 1848.

A grande maioria dos pensadores socialistas da década de 1830 eram opositores às consequências trazidas pela Revolução Industrial, criticando o desenvolvimento de grandes injustiças e desigualdades causadas pela sustentação do mercado livre *laissez-faire*¹⁴. Karl Marx propunha a revolução do proletariado a partir da luta de classes para que houvesse uma transição do capitalismo para o socialismo. Segundo ele, o proletariado seria capaz de estabelecer uma sociedade que não fosse dividida hierarquicamente e implantaria o modelo comunista. Porém, os movimentos operários europeus viriam a consolidar-se na segunda metade do século XIX com o episódio da Comuna de Paris em 1871, a formação do partido socialista alemão e do Partido Trabalhista inglês. Entre 1867 e 1894, Karl Marx publicaria “O Capital”.

A origem do pensamento e da crítica dos socialistas está centrado no problema das desigualdades sociais acentuadas pelo modo de vida capitalista. É nesse período que Engels identificou duas correntes socialistas, os socialistas utópicos e os socialistas científicos. O primeiro grupo era composto por pensadores que se ocupavam basicamente por idealizar uma sociedade puramente perfeita ao invés de estabelecerem um meio concreto para que os trabalhadores alcançassem o poder – como destaque temos Robert Owen, Charles Fourier e Claude Saint-Simon. O socialismo científico liderado por Marx e Engels – e ainda Mikhail Bakunin – consistia numa crítica ferrenha aos padrões capitalistas e intentava estabelecer uma doutrina que serviria de base para a revolução do proletariado. A referência escrita para o proletariado seria o Manifesto do Partido Comunista, que dizia ser o capitalismo condenado ao fracasso assim como o feudalismo.

O radicalismo era tamanho que propunha ao proletariado a revolução pela luta armada para que fosse estabelecido um Estado controlado pelo partido comunista. Este seria responsável por desestruturar as bases da burguesia, por meio da apropriação dos meios de produção.

Hans F. Sennholz *et al* (2015), ao comentar os padrões comunistas, dizem:

14 É o termo chave do liberalismo econômico e refere-se ao funcionamento do mercado apenas com mecanismos que sejam capazes de assegurar a liberdade econômica.

[...] Assim que a distribuição do trabalho passa a existir, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador, pastor ou um crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência.

Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar da manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.

Esta fixação da atividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho num poder objetivo que nos domina e escapa ao nosso controlo contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até aos nossos dias.¹⁵

Assim como o liberalismo, o socialismo fazia oposição ao conservantismo além de aceitar os ideais de liberdade, razão e progresso, dentre outros, dos pensadores liberais. Porém, os meios utilizados pelos socialistas para que esses fins fossem alcançados eram o planejamento centralizado, estatismo e o comunitarismo, típicos dos padrões conservadores.

Para Jesus Huerta de Soto, após compreender a função empresarial é fundamental compreender que o socialismo não consiste apenas na apropriação privada ou pública dos meios de produção, mas, sua essência é a coerção proveniente do Estado (SOTO, 2015). Soto afirma,

[...] "todo e qualquer sistema de agressão institucional e sistemática contra o livre exercício da função empresarial". O socialismo consiste em um sistema de intervenção que se impõe pela força, utilizando todos os meios coercitivos do estado. [...] o socialismo funciona por meio da coerção.

Rothbard (2010), afirma que após Marx e Bakunin aderirem às ideias de Saint-Simon de que os empresários eram o mercado e por si só opressores, o movimento socialista de esquerda desorientou-se. Nessa concepção, além da substituição do Estado, era indispensável rejeitar e abolir a propriedade privada dos meios de produção capitalistas.

Ao rejeitar a propriedade privada, e especialmente o capital, os socialistas de esquerda tornavam-se presas de uma contradição interna crucial: se o estado deve desaparecer após a revolução [...] como poderá então o "coletivo" gerir sua propriedade, sem que ele próprio se transforme num gigantesco estado de fato, ainda que não nominalmente? (ROTHBARD, 2010).

Com o passar dos anos o socialismo substituiu o liberalismo como o partido de esquerda na Europa Ocidental. Porém, há registros de muitos socialistas que rapidamente se voltaram à direita e tornaram-se conservadores, abandonando as ideias libertárias e revolucionárias que propunham a extinção do Estado e a superação do *status quo*. O socialismo, em muitas de suas facetas, adquiriu valores de direita quando resolveu abraçar

15 Artigo online: Karl Marx e a diferença entre comunismo e socialismo. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2063>>. Acessado em 10 de mai. de 2016.

ideias conservantistas, porém com viés populista na Alemanha e na Itália. A conciliação dessas duas vertentes deu origem mais tarde ao bismarckismo e, posteriormente ao fascismo e ao nacional-socialismo. Já na Inglaterra do final do século XIX os fabianos¹⁶ admiravam-se da expansão imperialista inglesa, atacavam os radicais revolucionários, e colaboravam com os liberais-imperialistas. De fato, o colapso da esquerda clássica socialista se deu com o florescimento da Primeira Guerra Mundial, em que os partidos socialistas europeus optaram por apoiar seu próprio governo nacional, abandonando a “revolução” e se aliando ao estado intervencionista, previdenciário e corroborando com o capitalismo de Estado (ROTHBARD, 2010).

Assim como o liberalismo, o socialismo fracassou na concretização de seus ideais iniciais – Vladimir Lênin surge como proponente da restauração do marxismo clássico e revolucionário – e sucumbiu às práticas do conservantismo, talvez pelo fato de que as críticas de Marx concentravam-se no capitalismo *laissez-faire*. Lênin, aliás, foi o grande líder dos bolcheviques na revolta de 1917 (a Revolução Russa), que viria a ser o embrião para o estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922 – 1991).

3.4 Esquerda e Direita Ainda Existem?

Aquela doutrina liberal clássica citada anteriormente era o pano de fundo para a defesa do capitalismo por Adam Smith a partir do século XVIII. Adam Smith criticava o estatismo e sua intervenção no mercado em defesa do mecanismo natural para regulação da atividade econômica, a “mão invisível” – ou oferta e demanda. A hegemonia do capitalismo perdurou até a Crise de 1929 e a Grande Depressão. É nesse período que surge a abordagem de John Maynard Keynes sobre economia política como solução para os problemas liberais e do capitalismo.

O keynesianismo se caracterizava pela forte intervenção estatal tanto na economia quanto nas políticas sociais. Nessa perspectiva os gastos públicos deveriam ser maximizados para que a atividade econômica fosse movimentada – surge o conceito de Estado de Bem Estar Social. O Welfare State durou até meados da década de 1970 nos EUA e na Europa com característica de forte regulação estatal sobre o capitalismo, com vista à garantia de direitos

16 O Socialismo Fabiano era uma doutrina originária da Inglaterra, não marxista, com ideal reformista e democrático, que foi fundada por um grupo de intelectuais socialistas na denominada “Fabian Society”.

sociais. Nessa mesma década é que notamos a ascensão – e com expressiva força – do neoliberalismo, encabeçado pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek. Para Hayek o Estado de Bem Estar Social era responsável por inibir as liberdades individuais e, conseqüentemente, atrapalhava as atividades de mercado (HAYEK, 2010). O neoliberalismo é aquilo que se tornou referência para os pensadores de direita contemporâneos, considerando as origens no liberalismo clássico e o advento do capitalismo. Na concepção de Hayek as sociedades se desenvolvem por meio de um processo não planejado e fenômenos como o capitalismo surgem da mesma maneira. Era contrário à intervenção estatal nas mais diversas áreas da vida humana, por considerar que as ações humanas podem ser afetadas, mas dizia que o próprio Estado deveria ser capaz de dar sustentação à liberdade individual. Em suas palavras,

O estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações. Para que o indivíduo possa empregar com eficácia seus conhecimentos na elaboração de planos, deve estar em condições de prever as ações do estado que podem afetar esses planos. Mas, para que tais ações sejam previsíveis devem ser determinadas por normas estabelecidas independentemente de circunstâncias concretas que não podem ser previstas nem levadas em conta de antemão – e os efeitos específicos dessas ações serão imprevisíveis. (HAYEK, 2010, p. 92-93).

Acompanhando o desenvolvimento do neoliberalismo, o socialismo empreendia a aplicação dos direitos sociais em larga escala e as diversas tentativas de se chegar ao comunismo borbulharam por todo o mundo – com destaque para a União Soviética. Sem sombra de dúvidas o mundo da Guerra Fria era polarizado tanto por se tratar de dois países centrais (EUA e URSS), quanto pelo embate de duas grandes ideologias políticas (Socialismo e Capitalismo). Porém, o fim do socialismo soviético – após a queda do Muro de Berlin – representa a perda de um referencial comunista e o surgimento de uma lacuna ideológica para o pensamento da esquerda mundial. Mas será que as considerações sobre direita e esquerda se perderam por esse tempo? Certamente que não! Aquilo que caracterizamos como Direita e Esquerda na atualidade apresenta características diferentes do passado, mas com consideráveis contornos “clássicos”.

A esse respeito escreve Norberto Bobbio:

Na base e na origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre a sua menor força representativa, estaria a chamada crise das ideologias. [...] na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. Além do mais, [...] não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise. [...] “Esquerda” e

“Direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações {*valutazioni*} a respeito da direção a ser seguida pela sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. (BOBBIO, 1995. p. 33)

Repensando sobre o possível desaparecimento das ideologias, Norberto Bobbio demonstrou que praticamente a esquerda se limita à defesa do princípio da igualdade e que a Direita centra-se no individualismo em busca da liberdade individual. Os princípios desenvolvidos ao longo dos anos pelos direitistas e esquerdistas atuais diferem de acordo com os países em que o aplicamos, sendo que nos países periféricos nota-se evidência para os valores de esquerda enquanto nos países centrais, de direita. Ao que tudo indica esse parece ser o ponto central do axioma “Direita” e “Esquerda”.

3.5 Esquerda e Direita no Brasil

Compreender o desenvolvimento das ideologias de esquerda e direita no Brasil é fundamental para se chegar ao entendimento de como a composição partidária se desenvolve, como agem os parlamentares e como direcionam ou modificam a opinião pública. Considerando que a legislação eleitoral brasileira não favorece a eleição de parlamentares de quaisquer pontos do espectro ideológico, os posicionamentos extremados ou moderados poderão ser justificados não somente pelo calor das sessões do Congresso Nacional, mas, também, atentando para a ideologia que confessam os parlamentares ou seus partidos.

As definições objetivas e diretas sobre o que representam direita e esquerda no Brasil podem ser precipitadas em função das características de nosso sistema eleitoral, além disso, correríamos o risco de um infundável debate filosófico e empírico do caso. Porém, para que fins de direcionamento a literatura (BRESSER-PEREIRA, 1988; GIDDENS, 1996; BONAVIDES, 2000; BOBBIO, 2001; CARREIRÃO, 2007; ROTHBARD, 2010) tem apontado que os liberais, conservadores, nacionalistas e democratas-cristãos se posicionam à direita. Por sua vez os ambientalistas, socialistas, comunistas, socialdemocratas e progressistas se posicionam à esquerda. Conceitos que podem se confundir se retomarmos a história dos *girondinos* e *jacobinos* franceses do final do século XVIII.

No caso brasileiro, o axioma direita-esquerda ganhou força com o período da Ditadura Militar (1964-1985). Aqueles que apoiavam os militares eram considerados de direita, enquanto os opositores socialistas eram considerados de esquerda. Na esteira, acompanhamos o desenvolvimento recente do que seria o “centro” no posicionamento

ideológico brasileiro. Os parlamentares que se assumem ou agem como “de centro” se dizem equilibrados e buscam a tolerância, além disso, são capazes de defender princípios ligados ao capitalismo sem abrir mão da veia social. Grosso modo, hoje em dia temos a esquerda como mais igualitária e a direita como não igualitária.

As pesquisas em Ciências Sociais e Ciência Política que buscam posicionar os partidos brasileiros analisam aspectos variados para que a classificação seja feita. Esse tipo de classificação pode ser feita com base nos programas de cada partido, na atuação legislativa e ainda, na avaliação dos próprios parlamentares (ZUCCO, 2009; TAROUCO, 2013).

A despeito do crescimento da direita brasileira nos últimos anos e das reinvenções da esquerda (ZUCCO, 2009), é preciso levar em consideração que o posicionamento político pode conceber contornos diferentes quando consideramos temas que introduzem considerável debate. Esses temas têm a ver com os direitos das mulheres, desigualdades sociais, papel do Estado na economia, questões ambientais, direitos civis, porte de armas de fogo, carga tributária, etc. Sendo assim, é possível notar que os posicionamentos esquerda-direita observam certo padrão, que se relaciona com questões de ordem econômica. O quadro abaixo demonstra como ambos os lados têm interpretado a sociedade brasileira:

Quadro 2 Tipos de Abordagem de Acordo com a Ideologia

Temas	Esquerda	Direita
Sociedade	Produto da interação da economia interna com as demais	As escolhas internas na condução política mantém ou levam ao subdesenvolvimento
Indivíduo	Sua condição em pouco depende de suas próprias atitudes	É capaz de manobrar e determinar seu próprio futuro
Economia	O crescimento econômico não é mais importante que a distribuição de renda	Apreço pela eficiência econômica mesmo que ela custe a distribuição de renda

Fonte: PESSOA, 2007; ZUCCO, 2009. Elaboração própria.

Como regra geral, podemos dizer que a noção de esquerda e direita ainda está associada a maior ou menor intervenção do estado na economia, além disso, nos últimos anos os partidos brasileiros tem se aproximado do centro do espectro ideológico¹⁷ (ZUCCO, 2009).

Em termos substantivos (i.e, sem levar em consideração a escala ideológica), poderia-se definir arbitrariamente esquerda como o conjunto de parlamentares que com maior probabilidade de preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo. Similarmente, os de direita seriam caracterizados por uma preferência prevista maior em relação a um modelo de mercado puro, e os de

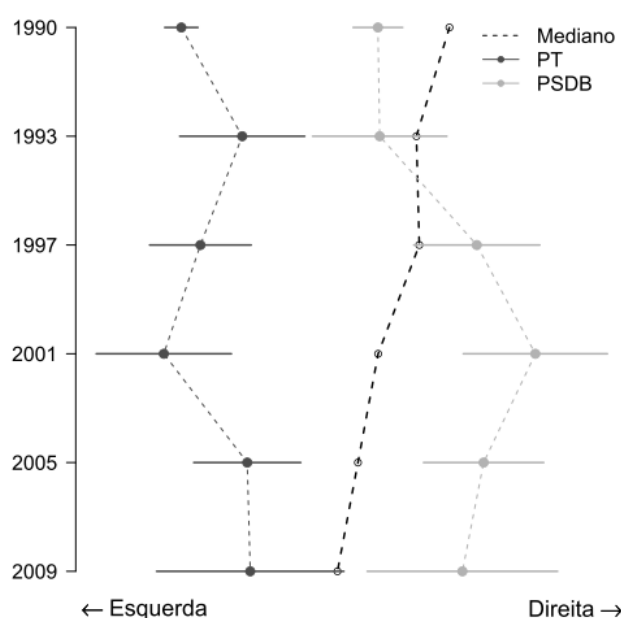
¹⁷ Dois partidos são dignos de nota. O PSOL e o DEM estão posicionados nos extremos da esquerda e direita, respectivamente (ZUCCO, 2009).

centro seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre estado e mercado (ZUCCO, 2009. p. 12).

O trabalho¹⁸ de Cesar Zucco Jr. sobre “Esquerda, Direita e Governo” ainda nos traz um levantamento interessante para compreendermos a relação esquerda-direita no Brasil. Os dados levantados pelo autor apontam que, quando o partido compõe a oposição, sua tendência é mover-se à esquerda e, quando este mesmo partido está à frente do governo, sua tendência é de se mover para a direita.

Vejamos o caso de PT e PSDB:

Figura 1 Posições ideológicas de PT e PSDB



Fonte: ZUCCO, 2009. Adaptado.

Para Angelo Segrillo (2004), essa acomodação dos países no centro da política é resultado das crises por que passaram as nações capitalistas pós-queda do muro de Berlim. Era necessário posicionar-se de maneira a não sucumbir às demandas da população. Nas palavras do autor,

Após um período inicial de “euforia” no final da década de 80 e início da de 90, em que parecia que o capitalismo simplesmente tinha triunfado sobre o socialismo (comunismo) e a direita sobre a esquerda, as dificuldades enfrentadas pelos países capitalistas (principalmente os subdesenvolvidos e em desenvolvimento, mas não apenas) nesse *brave new world* da globalização impedem a direita de “curtir” com tranquilidade os louros da vitória. As crises de insegurança, desemprego e outras fazem com que o eleitorado ponha e deponha governos de esquerda e direita. Ocorre, assim, um “movimento em direção ao centro” (onde a maioria do eleitorado

¹⁸ Os dados apontam o que pensam os parlamentares sobre si mesmos e seus pares quando perguntados sobre ideologia de direita e esquerda.

parece se localizar) principalmente quando os partidos chegam ao poder (SEGRILLO, 2004, p. 621).

Diante disso, é possível concluir que a esquerda brasileira deverá buscar se posicionar positivamente quando os temas em debate proporcionarão maior equidade entre os indivíduos, inclusive quando esta necessitar da intervenção estatal. Por outro lado, a esquerda brasileira crê que tanto indivíduos quanto o Estado têm a capacidade de determinar o futuro com bases em suas próprias escolhas e que, naturalmente essas decisões prezarão pela liberdade individual, econômica e menor intervenção estatal.

Outros pontos são frequentemente abraçados no debate esquerda-direita e merecem destaque. Para a esquerda brasileira: a) o Estado deverá intervir na economia sempre que for necessário; b) a pobreza é resultado da falta de oportunidades iguais para todos os cidadãos; c) os tributos cobrados pelo Estado devem ser extensivos e suficientes para custear os serviços prestados pelo poder público; d) a legislação trabalhista deve ser ampla e completa para proteger os trabalhadores; e) o Estado deve proteger e fomentar sua economia interna; f) saúde e educação são valores universais e o Estado deve assegurar a todos os cidadãos. Já para a direita brasileira: a) o mercado deve ser autorregulado e o Estado deve se abster de questões econômicas; b) a pobreza é resultado da falta de esforço para geração de valor para si mesmo e para o mercado; c) os tributos sobrecarregam pessoas físicas e empresas e corrompem a atividade econômica; d) a criminalidade é fruto das escolhas individuais; e) o mercado de trabalho deve ser desregulado; f) diversas atividades do Estado como saúde e educação devem ser privatizadas; g) a liberdade individual é um valor essencial que não pode ser superado (TAROUCO, 2013; SCHEEFFER, 2014).

Com relação à percepção do eleitorado brasileiro sobre o que consideram esquerda e direita na política. André Singer (2002) aponta que a renda do eleitor não apresenta grande significância na determinação de voto, ao contrário da escolaridade. Por sua vez, o fator decisivo para o eleitor parece ser a identificação partidária, ou seja, eleitores de esquerda votam em partidos de esquerda e eleitores de direita votam em partidos de direita. Estudos posteriores (CARREIRAO, 2002; SAMUELS, 2008; RENNÓ E CABELLO, 2010; SINGER, 2012) analisaram a ideologia tomando como referência o *lulismo*¹⁹, porém não trouxeram dúvidas com relação aos estudos anteriores, ao contrário, os dados parecem ser complementares.

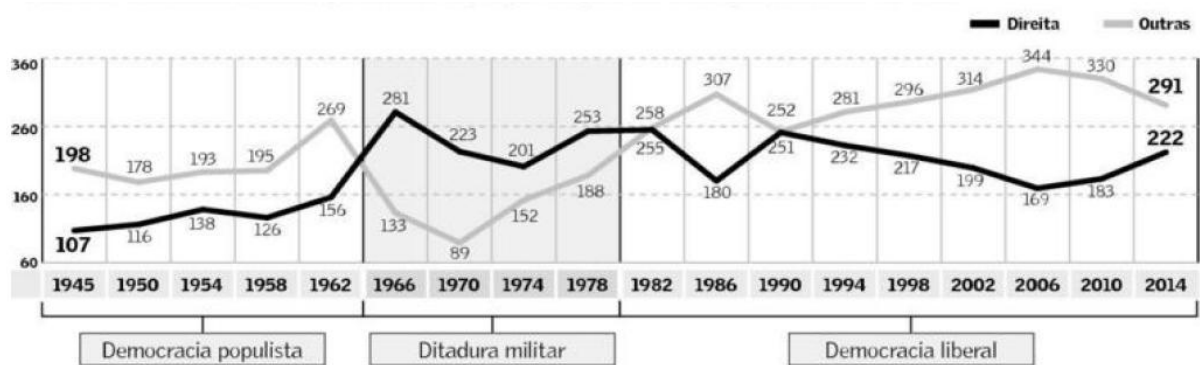
19 Para RENNÓ e CABELLO (2010), o Lulismo é “(...) entendido como aprovação e lealdade ao líder Luis Inácio Lula da Silva, que transcende a identificação partidária com o PT” (p. 42).

Quando pensamos nas eleições, os pleitos recentes demonstram que houve alternância do fortalecimento de cada ideologia. Em alguns momentos houve fortalecimento da direita – 1990, 1998 e 2014 – e em outros a ascensão dos partidos de esquerda – 2002 e 2006 – (RODRIGUES, 2006; DIAP, 2014).

Para o cientista político Adriano Codato, do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, a direita brasileira tem se popularizado e o reflexo aparece nos resultados das eleições. Segundo informações do DIAP 222 candidatos considerados de direita foram eleitos, frente a 291 que se consideram de outras posições ideológicas e a identificação característica desses parlamentares passou a ser do pastor evangélico e dos comunicadores de rádio e TV, além dos tradicionais “coronéis” nordestinos e militares.

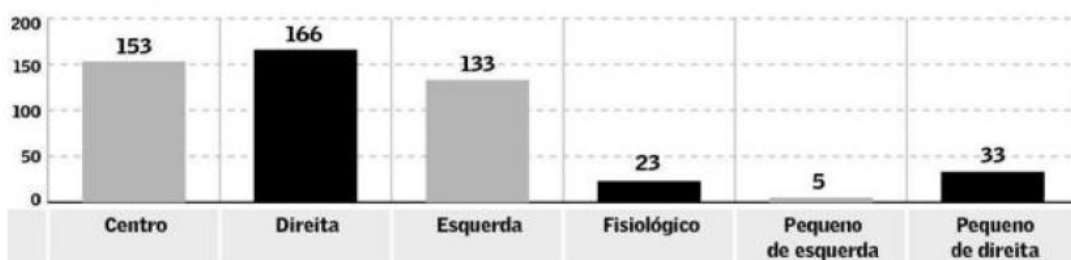
Para Emerson Cervi (2014, p.4). “a direita está crescendo porque os partidos grandes de centro e de esquerda estão perdendo votos”. Os gráficos abaixo demonstram a evolução ideológica brasileira a partir de 1945, considerando os parlamentares eleitos:

Figura 2 Evolução dos Parlamentares de Direita em Relação aos Demais



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, NUSP/UFPR.

Figura 3 Distribuição dos Parlamentares de Acordo o Posicionamento Ideológico em 2014



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, NUSP/UFPR.

Dicotomia, axioma, espectro, terminologia, oposição, separação, posicionamento... Muito são os termos utilizados na ciência política quando pensamos em ideologias. A certeza que temos é a de que quando falamos em Esquerda e Direita políticas, estamos falando em posições que habitualmente não ocupam o mesmo espaço – de fato são opostas! Mas, no caso

brasileiro seria temerário desconsiderar as posições equilibradas e que, ao longo dos últimos anos existe uma tendência de aproximação ao centro do espectro ideológico pelos partidos políticos (ZUCCO, 2009).

A terminologia não é a mesma utilizada quando da Revolução Francesa, pois, rapidamente ganhou novos contornos. O que vemos é que os agrupamentos dos partidos políticos podem ser considerados como, simplificados, imprecisos e até mesmo desatualizados, afinal, na sociedade atual há uma complexidade de assuntos e demandas por políticas públicas que direcionam os parlamentares a comportarem-se ora na esquerda e noutra momento na direita – como afirmado anteriormente, as exceções são notáveis. Esse tipo de comportamento pode levar deputados e senadores a buscar uma posição moderada e equilibrada, principalmente quando pensamos em temas de excessivo debate (talvez seja o motivo de que alguns temas fiquem trancados no Congresso Nacional por anos). Suas atitudes não podem ser ocultadas da grande maioria da população e determinadas ações podem resultar negativamente nas eleições.

Ainda mais precipitado seria afirmar que as ideologias clássicas se perderam juntamente com os séculos. Obviamente que não! Porém, passaram por consideráveis mudanças e atualizações. Produzir legislações e políticas públicas no Brasil significa ter que lidar com pressupostos arraigados em posicionamentos divergentes sobre liberdade individual, intervencionismo estatal, regulação econômica, desigualdades sociais, direitos positivos, dentre outros.

As ideologias servem de referência para estudiosos e políticos. Ultrapassar essa perspectiva seria o mesmo que entrar em etapa, "[...] uma era pós-ideológica seria uma era sem esperança, sem perspectiva. Essa razão é suficiente para afirmar que a ideologia política está destinada a ser um processo contínuo e sem fim." (HEYWOOD, 1994 *apud* SCHEEFFER, 2014, p. 21).

4. SURGIMENTO, REPRESENTAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS

4.1 Histórico

A existência de um agrupamento religioso e evangélico no cenário político nacional não é um fenômeno estritamente recente. Os parlamentares evangélicos surgem por volta da década de 1930 e representavam as igrejas protestantes históricas (FREESTON, 1993), como as igrejas luterana, batista e presbiteriana. Porém, o surgimento do movimento pentecostal no meio evangélico é também responsável pela ascensão de parlamentares que os representam, superando o estigma de que este grupo não deveria se envolver nos assuntos da política.

Para alguns autores (CAMPOS, 2003; ORO, 2006), o afastamento político dos evangélicos brasileiros no período anterior a 1986 se deve ao fato de que sua mentalidade ainda não estivera voltada para a política, mas, a percepção sobre a visibilidade dada pelas eleições fez com que se organizassem e incentivassem seus membros aos cargos eletivos. A formação de uma “bancada” pluripartidária evangélica garante maior visibilidade às demandas do movimento composto em sua maioria por pentecostais (ORO, 2006). Surge então um novo campo de interesse religioso, anteriormente classificado apenas como “carnal”.

A participação de deputados evangélicos no Congresso Nacional antes de 1988 jamais ultrapassou o número de 50 (oscilando entre seis e doze), porém, em 1986 a Assembleia Nacional Constituinte registrou a eleição de 36²⁰ parlamentares que se diziam evangélicos, em contraste com o pastor metodista Guaracy Silveira, único representante protestante na Assembleia Constituinte de 1932 (FREESTON, 1993; ORO, 2006). De fato, os grupos evangélicos decidiram participar ativamente da política brasileira após 1988 e sua força não pode mais ser desconsiderada.

Na primeira eleição os pentecostais apoiaram majoritariamente o candidato Fernando Collor de Mello e conseguiram eleger 22 deputados federais, em 1994, 31, e um crescimento ainda maior foi registrado em 1998, 2002, 2006 e 2010. Nessas eleições foram eleitos 53, 71, 40 e 77 deputados federais, respectivamente (GONÇALVES, 2013).

20 Alguns autores como GONÇALVES (2013) mencionam apenas 33, provavelmente pelo fato de que alguns parlamentares não se sentiam confortáveis com o rótulo de “evangélico”. Para o autor importa analisar os deputados que se vinculam à Frente Parlamentar Evangélica, independentemente se se consideram evangélicos.

Cabe mencionar que, talvez em função do crescimento populacional dos evangélicos ou da relevância do cargo eletivo, as lideranças religiosas exercem papel intervencionista no mandato de seus candidatos. A esse respeito Ari Pedro Oro (2003) destaca que a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, promove a candidatura de muitos bispos e pastores, além de fazer propagandas e distribuir conteúdo nos templos e nos cultos:

Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. (ORO, 2003, p. 69).

Uma breve análise da literatura especializada nos mostra que as denominações evangélicas mais envolvidas com a atuação política são: Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular (ORO, 2003; CAMPOS, 2003; BAPTISTA, 2009; MARIANO, 2010; GONÇALVES, 2013).

O agrupamento evangélico é diversificado e, em sua maioria, é composto por igrejas pentecostais e neopentecostais. A tabela abaixo demonstra essas informações:

Tabela 1 Distribuição dos Parlamentares Evangélicos por Denominação

Igreja	52ª Legislatura	53ª Legislatura	54ª Legislatura
Assembleia de Deus	23	15	21
Igreja Universal do Reino de Deus	16	5	9
Igreja Batista	7	7	15
Igreja do Evangelho Quadrangular	4	2	3
Igreja Luterana	2	1	1
Igreja Maranata	1	3	2
Igreja Sara Nossa Terra	1	2	2
Igreja Internacional da Graça de Deus	1	1	3
Igreja Vale da Benção	1		
Igreja Presbiteriana	1	2	9
Igreja Cristã Evangélica		1	1
Igreja Cristo Volta		1	
Igreja Metodista		1	2
Igreja Apostólica Renascer em Cristo		1	1
Igreja Mundial do Poder de Deus			2
Igreja O Brasil para Cristo			1
Igreja Cristã do Brasil			1
Igreja Batista Caminho das Árvores			1
Igreja Nova Vida			1
Não Revelou a Denominação		1	3

Total	57	43	78
--------------	----	----	----

Fonte: GONÇALVES, 2003; Câmara dos Deputados; DIAP; Adaptado.

De acordo com as informações publicadas pelo DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em 6 de outubro de 2014, o número dos parlamentares que se diziam vinculados às Frente Parlamentar Evangélica era de 74 deputados. O DIAP ainda menciona que 35 são novos deputados, 39 foram reeleitos e que a bancada deverá seguir uma tendência natural de crescimento.

As eleições de 1989, 1994 e 1998 foram marcadas pelo apoio maciço dos pentecostais a candidatos oponentes a Luiz Inácio “Lula” da Silva, Lula que era caracterizado por muitos como o candidato do “demônio” à presidência da República. Além disso, a IURD orientava seus fiéis a não votarem nesse tipo de candidato (PIERUCCI; PRANDI, 1996). Porém, a aproximação dos dois lados foi paulatina principalmente por Lula declarar abertamente sua crença em Deus. Muitas denominações evangélicas, inclusive a IURD, declararam apoio a Lula no segundo turno das eleições de 2002 que em seu segundo mandato teve apoio ainda maior (MARIANO; HOFF, DANTAS, 2006).

A atuação dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados é alvo de análise de muitos especialistas, críticos e opositores ao movimento. Deputados que se dizem contra o movimento, movimentos sociais e (alguns) cientistas políticos consideram que o envolvimento direto de agrupamentos religiosos na política é prejudicial à efetiva consolidação de um Estado Laico, outros consideram que o conservadorismo evangélico interrompe a conquista de direitos pelas minorias – como as mulheres, grupos homossexuais, religiões afrodescendentes, etc.

Conforme mencionado no início deste trabalho, o envolvimento religioso no campo político deve se desenvolver com base na fidelidade a princípios e valores cristãos. A relação Religião e Política não é entendida como maléfica à sociedade ou à política, diferentemente de quando falamos na comunhão entre Igreja e Estado (FREESTON, 2006). Nas palavras do professor André Biéler:

Vemos, pois, que a **presença fiel da igreja é indispensável para a vida da sociedade**, em todas as suas dimensões. Ela é o fermento regenerador da vida social, política e econômica. E se a igreja é morta, [...] ela mesma participa na propagação da desordem social.

Por seu turno, o Estado, ao qual cabe manter pelas leis e pela coerção a ordem política, não dispõe de outra garantia contra sua própria corrupção. Com efeito, se a igreja real não o chamar constantemente à sua missão, o Estado torna-se também um fator de desordem. [...]

Quaisquer que sejam as opiniões políticas ou religiosas professadas pelos governantes, os cristãos devem respeitar a ordem política histórica na qual se

encontram, visto que essa ordem é indispensável para a vida da sociedade à qual pertencem. Ainda mais, pela sua ação política, devem participar ativamente na sua contínua restauração, já que nenhuma ordem social, qualquer que seja, não alcança jamais a perfeição que Deus deseja para a humanidade. (BIÉLER, 2006. p. 24. **grifamos**).

Ademais, a atuação parlamentar evangélica ganha ainda mais força no segundo governo Lula, após a institucionalização²¹ da Frente Parlamentar Evangélica – FPE, responsável por prestar assessoria aos deputados a ela filiados e orientar na maioria das sessões de votação do Plenário.

4.2 A Frente Parlamentar Evangélica

Para parlamentares e representantes do segmento a existência de uma Frente Parlamentar Evangélica – FPE é vista como fundamental para que seus componentes possam se organizar e influenciar as mudanças que almejam na sociedade, além de proporcionar a área de atuação das igrejas evangélicas. A frente foi criada em 2003 e é composta pelas mais variadas denominações evangélicas, tem caráter pluripartidário e a percepção inicial é a de que não é um organismo coeso (BAPTISTA, 2009; TREVISAN, 2013).

Os parlamentares evangélicos buscam envolver-se em temas e projetos que ameaçam seus valores e crenças, para isso contam com a ajuda FPE para traçar estratégias e se revestir do argumento religioso em seus posicionamentos. Na defesa de seus interesses os valores contidos na Bíblia acabam por se misturar com as possibilidades constitucionais (TREVISAN, 2013).

Saulo Baptista (2009) aponta que no momento da criação da FPE havia 60 parlamentares – sendo que 3 eram senadores – e que esses parlamentares procuraram expandir suas atividades para os campos estadual e municipal (CE, MG, RS, PB, RR, AC, RO e DF), a fim de unificar o pensamento protestante que chega ao Congresso Nacional. Muitos parlamentares foram procurados para fundar e compor a frente, porém, mesmo com reuniões constantes, é possível verificar que nem todos se envolvem em todas as atividades da associação e até criticam a relação entre a religião e a política.

As finalidades da FPE são:

I) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

²¹ A FPE foi criada no primeiro mandato de Lula, em 18 de Setembro de 2003.

II) Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação.

III) Procurar, de modo contínuo, a atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir de comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra; (ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2015, p.4).

Ainda de acordo com seu Estatuto, a frente é dotada de uma presidência, coordenação e equipe de assessores que se reúnem semanalmente em uma sala do Congresso Nacional. Para auxílio aos deputados vinculados, a FPE criou o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos – GAPE, que se divide nos comitês temáticos de Assuntos Políticos, Comunicação e Eventos e Jurídico.

A FPE tem demonstrado expressivo crescimento ao longo das últimas eleições, vejamos:

Tabela 2 Parlamentares na Frente Parlamentar Evangélica

Mandato	Quantidade
51ª Legislatura (1998)	44
52ª Legislatura (2002)	68
53ª Legislatura (2006)	32
54ª Legislatura (2010)	78
55ª Legislatura (2014)	75

Fonte: DIAP. Elaboração própria.

A composição da organização não é homogênea, mas busca coesão em relação a temas que envolvem seus valores e interesses das igrejas – em alguns casos a temática extrapola os interesses de seus partidos.

De fato, a participação religiosa no cenário político é objeto de constante resistência, mas, para Casanova (2006, *apud* TREVISAN, 2013, p. 53), a religião não deve ser banida da esfera de atuação política:

Cercear o “livre exercício da religião” em si leva a cercear o livre exercício de direitos civis e políticos de cidadãos religiosos, o que leva a infringir a vitalidade da sociedade democrática civil. Alguns discursos religiosos particulares ou mesmo práticas religiosas particulares podem ser suscetíveis à proibição legal em alguns contextos democráticos ou liberais, mas não por serem “religiosos” em si (CASANOVA, 2006, p. 20)²².

Deputados e Senadores com características comuns aos evangélicos – como os católicos – também tendem a ter a FPE como referência em seu posicionamento quanto a temas morais como aborto, ética protestante, homossexualidade, pesquisa com células tronco,

²² Tradução de Janine Trevisan.

menoridade penal, prostituição, etc. (CERVEIRA, 2011). Esse sentimento de unidade é perceptível em alguns assuntos que foram debatidos e votados no plenário nacional como o tratamento a ser dado às igrejas pelo Novo Código Civil e à tramitação do PL nº 122/2006.

É inegável que a representação protestante no Brasil tem se tornado ainda mais relevante nos últimos anos, tanto em seu crescimento numérico, quanto em sua proposta de atuação e intervenção no contexto político nacional. De acordo com os estudos mencionados anteriormente, esse movimento tende a se expandir ainda mais, inclusive influenciando os processos de elaboração de políticas públicas.

Ademais, salienta Trevisan (2013) que os parlamentares evangélicos tomaram conhecimento de que seus argumentos serão mais bem fundamentados e aceitos quando não estão embasados apenas no ideal religioso, mas se utilizam dos instrumentos jurídicos e naturais de um estado laico.

Informações adicionais sobre a FPE serão mencionadas ao longo deste trabalho.

5. O COMPORTAMENTO DOS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS

5.1 *Introdução*

Nesta parte do trabalho pretende-se apontar as características do sistema político brasileiro em que os parlamentares evangélicos estão inseridos, a fim de demonstrar que uma possível coesão na bancada evangélica não é uma tarefa consideravelmente simples. Além disso, a coesão manifesta por meio da institucionalização de um “partido evangélico” deve ser praticamente impossível, após considerarmos alguns aspectos que circundam o Congresso Nacional.

As igrejas influenciam na atuação parlamentar? A postura dos parlamentares evangélicos pode ser considerada à parte dos demais parlamentares? O que realmente é relevante quando precisam decidir? Com base nesses questionamentos é que as informações abaixo se desenvolverão, a fim de demonstrar qual a tendência de comportamento dos parlamentares evangélicos em relação a temas divergentes entre esquerda e direita. O comportamento será diferente daquele adotado com relação aos demais temas que ascendem à agenda política?

A literatura em Ciência Política e em Ciências Sociais é deveras complexa para, neste breve trabalho, apontarmos todas as variáveis que serão determinantes ao comportamento dos parlamentares evangélicos e qual seria a tendência de posicionamento quanto se depararem com alguns temas do debate entre esquerda e direita. Sendo assim, é necessário ter em mente a diferenciação conceitual no agrupamento evangélico presente no Congresso Nacional – a saber, os pentecostais, neopentecostais e as igrejas tradicionais – e analisar quais desses atores são mais ativos ou se envolvem mais profundamente na política brasileira. Além, disso apenas alguns aspectos do jogo político brasileiro serão citados no desenvolvimento deste conteúdo.

5.2 *A complexidade da Bancada Evangélica*

A mudança de comportamento dos evangélicos acompanhou as transformações ocorridas na participação política em geral, trazendo demandas que se assemelham com todas as camadas da população brasileira. Destaca-se a capacidade de determinadas denominações evangélicas em mobilizar atores e fiéis em prol de seus interesses. Para Saulo Baptista,

A influência das denominações pentecostais sobre a vida do fiel é realmente gigantesca. Contudo, tem-se registrado iniciativas de grupos minoritários na contramão dessa hegemonia da cúpula da igreja, principalmente da AD [Assembleia de Deus], durante os certames eleitorais. Dissidentes conseguem promover debates, formar comitês, produzir materiais de campanha e realizar panfletagem, em favor de partidos de esquerda e candidatos rejeitados pelo corpo diretivo da denominação. (...) A conduta política de pentecostais e neopentecostais (...) tem relação, também, com a possibilidade de novas e melhores oportunidades de conquista, visto que a presença no espaço público habilita-os a participarem dos jogos de poder, onde terão acesso a recursos aplicáveis na competição religiosa. (Baptista, 2009, p. 198).

Apesar de claramente perceptível, muitos estudos (MACHADO, 2006 e 2012; ORO, 2001 e 2004; BAPTISTA, 2007) vieram a apontar que os parlamentares evangélicos têm pouco envolvimento com movimentos sociais ou sindicais e que surgem dos mesmos ciclos que seus companheiros nas igrejas, sendo que a maioria, de fato, é membro e/ou líder carismático em alguma denominação.

Alguns questionamentos surgem sobre a existência de coesão (talvez pelas mobilizações da Frente Parlamentar Evangélica) entre os parlamentares evangélicos e como estes misturam a religião com a política. Um aspecto é notável, o de que as denominações a que se filiam são variadas e que nem todos aderem fielmente às considerações da FPE por adotar estratégias próprias ou de suas denominações.

Para fins deste trabalho, quando falarmos em “coesão”, estamos nos referindo ao comportamento uniforme com relação a temas divergentes no debate esquerda/direita. Estudos anteriores (MARIANO, 2010; CERVEIRA, 2011) apontam que é possível notar uniformidade no comportamento parlamentar quando introduzimos temas morais ou religiosos como aborto, tributação sobre templos religiosos, casamento entre pessoas do mesmo sexo, dentre outros.

As informações publicadas pelo DIAP mostram que nas eleições de 2014 a bancada evangélica teve uma pequena redução em seu número de adeptos. Em 2010 eram 78 deputados e em 2014 o número passou para 75. O atual coordenador da Frente é o deputado Paulo Freire (PR-SP) da Assembleia de Deus, que foi reeleito. As eleições de 2014 também mostraram a expressiva votação desses parlamentares, com seis deles alcançando o quociente eleitoral. Veja a tabela abaixo:

Tabela 3 Deputados da Bancada Evangélica com Quociente Eleitoral em 2014

Nome	Partido	Estado	Votos
Marco Feliciano	PSC	SP	398.087
Clarissa Garotinho	PR	RJ	335.061
Pastor Eurico	PSB	PE	233.762

Eduardo Cunha	PMDB	RJ	232.708
Christiane Yared	PTN	PR	200.144
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	161.999

Fonte: DIAP, Elaboração própria.

Ao todo, os deputados da bancada evangélica na Câmara dos Deputados alcançaram 8.222.516 votos. Já os partidos mais representativos são PRB com 15 parlamentares, PSC e PR com 11 cada.

Uma característica da FPE pode nos mostrar sua complexidade e os desdobramentos a partir disso, a pluralidade de partidos. Ao todo, foi possível verificar 20 partidos diferentes (PSC, PR, PRB, SD, PMDB, PSD, PSDB, PSB, PT, PTB, DEM, PDT, PP, PHS, PMN, PPS, PROS, PSOL, PTN e PV).

Com tamanha complexidade partidária, uma nova abordagem deve ser feita: Como pressupor coesão em relação aos temas relacionados a questões morais, éticas, familiares e afins a partir das diferentes ideologias dos partidos políticos da FPE? Notemos a presença dos parlamentares do PT e PSOL e dos deputados negros. Algumas respostas podem ser dadas se analisarmos as características que envolvem os parlamentares brasileiros e as origens dos deputados que se dizem evangélicos. Para os analistas do DIAP essa complexidade pode levar a embates frequentes dentro da FPE para além das diferentes cosmovisões teológicas, inclusive com prováveis dissidências.

Dentre as diversas denominações dos deputados federais, algumas se destacam pela atuação política e pelo crescimento do número de parlamentares, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular (FONSECA, 1998; MIRANDA, 1998; ORO, 2001, 2003; CAMPOS, 2003; DIAP, 2014). Essas denominações se mobilizam pela eleição de seus candidatos e a utilização de expressiva quantidade de fiéis.

Dentre as três denominações, a IURD certamente é a mais visada pelos estudiosos em Ciência Política. Para Oro (2003), a IURD chega ao ponto de determinar em quais candidatos os fiéis devem votar e apontam aqueles que são “do diabo”. O autor ainda indica que há uma tendência de que, com o crescimento do número de parlamentares de outras denominações, estas adotem um sistema de abordagem política semelhante ao da IURD. A postura dessa igreja não tem sido simples e objetiva no campo político, vejamos:

Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os

dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. (ORO, 2003, p. 53-69).

É sabido que os líderes da IURD não se utilizam apenas do discurso teológico para envolvimento de seus fiéis em suas proposições – sejam elas religiosas ou sociais. Era apenas questão de tempo para que os mesmos artifícios fossem inseridos em suas demandas políticas para convencimento e eleição de candidatos. Esse carisma propagado pela IURD legitima as deliberações políticas de sua cúpula para apoio da instituição a seus candidatos e àqueles que ela simpatiza (ORO, 2003).

Além dessas questões carismáticas o envolvimento social das igrejas protestantes, sobretudo das pentecostais, é determinante para que consigam engajar e envolver determinadas camadas da sociedade brasileira. O fator socioeconômico não deve ser desconsiderado no momento em que pretendemos analisar a composição do parlamento brasileiro. Segundo Novaes,

os evangélicos são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar. Esta presença, nas margens periféricas da sociedade, logra produzir alívio em autoridades políticas responsáveis pela segurança pública. Porém, como os pentecostais não estão apenas nas margens – estão também no centro, isto é, nos meios de comunicação e no Parlamento – também produzem preocupação. (NOVAES, 2002, p. 81).

A preocupação de Regina Novaes refere-se ao que foi mencionado anteriormente, o envolvimento maciço da religião (ou da igreja, para alguns) na política brasileira. Além disso, esse fator não deve ser desconsiderado na proposição de políticas públicas e na alteração do *status quo*.

A complexidade da camada evangélica da sociedade brasileira, e dos parlamentares que defendem seus interesses, também dificulta o esforço de analisar como deverão se comportar lidando com os temas debatidos entre a esquerda e a direita brasileira. Obviamente sem a pretensão de inserir informações taxativas e conclusivas neste trabalho, pretendo apontar os fatores – mas não todos – que devem determinar a maneira como os deputados evangélicos lidam com tais questões bipolares. Para isso, serão abordadas questões ligadas ao sistema partidário brasileiro, à influência das igrejas no processo decisório e o peso das ideologias para descobrir o que realmente se tornará relevante no momento de decisão política dos parlamentares evangélicos.

5.3 Os evangélicos progressistas

Os evangélicos brasileiros são estigmatizados como um meio de predominância do pensamento de direita. Porém, existe entre os evangélicos um grupo de lideranças que se apoia no pensamento da Teologia da Missão Integral – TMI. Esse pensamento, embora também seja conservador nos costumes, é bastante progressista em outros assuntos. O foco de atuação da TMI está em projetos sociais e atividades solidárias, já na política, defendem ferrenhamente a consolidação e expansão democrática e militam na esquerda.

Os progressistas evangélicos brasileiros são minoria e ainda se encontram pouco articulados politicamente. Dois exemplos são o da política Marina Silva e do Pastor Ariovaldo Ramos.

A TMI não se constitui em uma oposição à Teologia da Prosperidade no campo teológico, porém, o contrário é verdadeiro quando pensamos na política. Esta última é predominante entre os parlamentares evangélicos, com a presença maciça do PRB (IURD) e de deputados das Assembleias de Deus e das Igrejas do Evangelho Quadrangular.

Em consonância com a TMI, surge em meados da década de 1980 o Movimento Evangélico Progressista – MEP que convoca os protestantes à prática da solidariedade e da justiça. O MEP agrupa em torno de seu pensamento aqueles evangélicos que não se viam representados pela bancada evangélica na Assembleia Nacional Constituinte, majoritariamente povoada pela Teologia da Prosperidade.

A TMI e o MEP trazem ao meio político evangélico um comportamento dual. Seus adeptos são tradicionalmente conservadores em temas morais, éticos e religiosos, porém, são bastante progressistas quando pensamos na atuação da igreja na sociedade e na política brasileira.

5.4 Fatores determinantes ao comportamento dos parlamentares evangélicos

O cenário político brasileiro é objeto de estudo frequente dos analistas em Ciência Política e desperta frequente curiosidade nos acadêmicos estrangeiros. Consideráveis características incidem sobre o comportamento parlamentar e aqueles evangélicos certamente não constituem uma exceção por defender valores não seculares.

Os partidos brasileiros não parecem ser perenes. São frequentes os acontecimentos que demonstram a criação e encerramento de diversas legendas – os partidos são frágeis. Essa fragilidade indica influência relativamente reduzida no cenário político e pode sugerir falta de coesão e disciplina partidária.

Outros aspectos são notados nos partidos brasileiros, como a falta de consistência ideológica e o individualismo político. No primeiro caso a falta de uma ideologia clara pode levar à formação de coligações eleitorais estranhas e confusas. No segundo, pode haver elevada competição interna nos partidos políticos, favorecendo estratégias e interesses particularistas nas campanhas eleitorais e na atuação parlamentar (RODRIGUES, 2009). Leôncio Martins Rodrigues levanta na bibliografia alguns aspectos que desfavorecem o sistema partidário brasileiro: a lógica ideológica das coligações partidárias, as migrações partidárias e a disciplina partidária. Esses aspectos seriam responsáveis por determinar se existe ou não consistência na programação dos partidos.

As coligações que se formam no Brasil em todas as eleições e são previstas em legislação. São responsáveis por defender os interesses momentâneos e se confirmam como dívida após os resultados das eleições. É de se mencionar que algumas coligações são no mínimo esquisitas. Em muitos casos, são capazes de unir partidos ideologicamente opostos e parlamentares com valores extremamente difusos (NOVAES, 1994; RODRIGUES, 2009).

Com relação ao individualismo político é preciso ter em mente a noção de comportamento particularista. Em uma análise de doze estados brasileiros, Mônica Castro, Fátima Anastasia e Felipe Nunes apontam que essa tendência pode variar bastante em função da ideologia que o parlamentar adota.

O resultado mostra que o posicionamento ideológico do partido do parlamentar afeta seu comportamento: quanto mais à direita se localiza o partido maior a probabilidade de que o deputado se comporte de forma particularista (um ponto a mais na escala eleva 0,62 ponto na escala de particularismo). Esse dado certamente sugere a relevância de se levar em conta essa variável na explicação da atividade parlamentar (ANASTASIA *et al.*, 2010).

Diante disso, os autores indicam que os parlamentares que adotam postura mais particularista tendem a se filiar a partidos de direita e que os partidos de esquerda geralmente recebem parlamentares que defendem interesses de grupos específicos e com forte posicionamento ideológico.

Com relação à disciplina partidária, Argelina Cheibub Figueiredo de Fernando Limongi analisam as votações das bancadas no período de 1989 a 1998 e apresentam

conclusões sobre a existência de coesão, ideologias e disciplina dentro dos partidos brasileiros.

Figueiredo e Limongi (1995 e 1999) identificaram três blocos ideológicos no Congresso Nacional: direita, esquerda e centro. Os partidos com ideologias similares também votam de maneira semelhante. Essa informação indica que o posicionamento dos partidos brasileiros tende a ser consistente e até mesmo previsível, em função da existência das coalizões. Parlamentares de partidos de direita tendem a ser mais dispersos nas votações e, conseqüentemente, menos coesos que aqueles dos partidos de esquerda. Esses últimos são mais disciplinados e normalmente seguem a orientação partidária ou da coligação durante as decisões em plenário (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). Em outros casos, como a substituição da atuação estatal pela privada, os parlamentares também agem de acordo com a orientação que recebem de suas bancadas (ALMEIDA & MOYA, 1997).

Os parlamentares brasileiros representam interesses. Estes podem ser particulares – principalmente nos momentos das eleições – e coletivos – defendendo interesses de classes e daqueles que os elegeram.

Em um estudo comparativo entre os parlamentares de Brasil, Chile e Uruguai, André Marengo e Miguel Serna analisam as trajetórias dos representantes nas casas legislativas a fim de conhecer como suas bases sociais se formam e o tipo de comportamento que devem adotar no parlamento:

A mobilização de *recursos associativos* representa um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais. [...] no decorrer da pesquisa identificaram-se algumas de menor representação, mas relacionadas a outros campos da sociedade civil organizada, envolvidos em temáticas mais contemporâneas e novas questões sociais. Desde associações vinculadas a temas diversos, como ecologia, direitos humanos, juventude, gênero, família e bairros, até as mais tradicionais, como as esportivas, religiosas e culturais (SERNA e MARENCO, 2007, p. 97).

Nota-se que há uma relação bastante semelhante entre o comportamento particularista e os parlamentares de direita, quando pensamos nas trajetórias políticas e na representação de interesses. Ou seja, os partidos de esquerda utilizam-se muito mais dos recursos associativos do que os partidos de direita.

É sabido que a criação de frentes parlamentares representa a defesa de determinados interesses particulares no Congresso Nacional. No caso evangélico isso também não é diferente. Conforme citando anteriormente a FPE é responsável por auxiliar e agrupar os

parlamentares que defendem os ideais cristãos protestantes em Brasília. Podemos então dizer que a adesão dos parlamentares à FPE está relacionada com a associação dos deputados com as igrejas evangélicas e suas redes de instituições. Nas palavras de Noemi Araújo Lopes,

A distribuição dos parlamentares segundo a participação em frentes parlamentares está relacionada às respectivas posições e alinhamentos no espaço político; assim como, dependem diretamente das relações com os respectivos grupos de interesse e com as condições e a posição no *locus* social. Nota – se, portanto que esta participação está associada com o tipo de acordo associativo ou sindical previamente estabelecido com o grupo de indicadores relativos ao posicionamento no espaço social (LOPES, 2013, p. 55).

Pode-se então perceber que a atuação de cada parlamentar filiado às frentes parlamentares significará agir de acordo com as adequações da respectiva frente, que se orientam associativamente com suas bases institucionais, quais sejam as igrejas e afins.

A FPE busca participação ativa nas diversas comissões da Câmara dos Deputados e convém destacar a inserção na Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF.

Todavia, é na Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF onde se concentra o maior número de deputados evangélicos especialmente porque a CSSF aprecia e vota propostas que tratam de conteúdos como família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos. Tais temas são de grande interesse para a FPE (DUARTE, 2012).

Considerando as intenções de atuação da FPE é provável que se busque um casamento – na mente dos parlamentares – entre as deliberações da frente e as influências de suas lideranças evangélicas. Seria ingenuidade supor que a presença dos pastores e líderes na atuação parlamentar seria reduzida em função da filiação à FPE.

A CSSF certamente continuará a ser o foco de atuação da FPE, porém, outras demandas se inserem no contexto político brasileiro e o debate entre esquerda e direita alcança os evangélicos. O trabalho de identificação real do comportamento de cada deputado, seguramente seria mais bem compreendido por meio de uma pesquisa complexa aplicada por meio de questionário, porém, a bibliografia nos dá indicativos de como devem se comportar os parlamentares evangélicos.

Foi dito anteriormente que a tendência é de adesão a temas com viés conservador em relação aos costumes e à moral. Porém, quando falamos em assuntos econômicos os deputados evangélicos não se mostram totalmente coerentes e uniformes no pensamento.

Em uma pesquisa publicada pelo Datafolha no site UOL em 2015, foi possível verificar como os parlamentares evangélicos se posicionam quando são questionados sobre economia e intervenção estatal. Grosso modo, percebemos que para a bancada evangélica quanto menos o Estado intervir na economia, melhor para a competição entre empresas.

Semelhantemente, a dependência do Estado pode prejudicar a vida das pessoas, conforme indicado pelos deputados na notícia.

Esse tipo de comportamento aponta para o posicionamento conservador em relação aos costumes e aos temas morais, mas com postura tendencialmente liberal quando o assunto é economia. Porém, cabe destacar que as informações publicadas sobre a carga tributária são praticamente iguais, indicando que o tema é controverso entre esse grupo de parlamentares.

Uma última característica sobre o contexto político brasileiro é importante e deve ser mencionada. Estar/fazer parte do governo conduz a um comportamento que se alia com a direita, enquanto estar na oposição diz respeito a comportar-se com base em padrões da esquerda política (ZUCCO, 2009).

Isto significa que mesmo os parlamentares evangélicos de esquerda, que fizeram parte da base de governo, terão o comportamento – em termos de votações e proposições de projetos de leis – se aproximando do centro do espectro ideológico. Por sua vez, os parlamentares evangélicos que se consideram de direita podem adotar posicionamentos típicos da esquerda política, na intenção de acirrar a oposição ao governo. Esse cenário leva a política brasileira ao que poderia ser chamado de “centralização” ideológica, ou seja, a tendência seria de um parlamento mais moderado com o passar dos anos (obviamente essa tendência somente será confirmada com estudos posteriores que analisem as perspectivas atuais).

Em sua tese de mestrado, Luiz Carlos Machado Corrêa observa o comportamento dualista dos deputados que compõem a FPE, considerando o fato de os parlamentares estarem na base dos governos Lula e Dilma.

Que pese a postura conservadora, em sua maioria, eles sempre fizeram parte da base de um governo com identidade progressista (...). No 1º governo de Lula, dos 57 membros da FPE, 34 (59,64%) eram de partidos que compunham a coalizão. No 2º governo Lula, em termos absolutos, o apoio diminuiu para 31 deputados, mas cresceu em termos proporcionais (72,09%). No 1º governo de Dilma 46 (58,97%) dos 78 deputados evangélicos eram de partidos que apoiavam o executivo. Fazer parte da base governista implica em compor o gabinete presidencial, assumindo postos ministeriais (CORREA, 2015. p. 55).

Fazer parte da coalizão de governo implica que os parlamentares devem votar semelhantemente ao governo. É um acordo tácito que visa garantir certa previsibilidade nos resultados das votações em plenário (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2012).

Os dois governos progressistas recentes que ocuparam o Planalto levaram consigo grande número de partidos conservadores e, juntamente com eles os parlamentares

evangélicos. Para Adriano Nervo Codato esses parlamentares compõem a “Nova Direita”, por seu perfil tradicional e admissão da existência dos programas sociais (CODATO *et al.*, 2015).

A partir dos estudos de Silveira (1998) e Carreirão (2000), é possível concluir que os eleitores brasileiros atribuem valor maior a atributos que se relacionam com a honestidade, competência e bom desempenho administrativo do candidato, do que para aqueles que refletem sua imagem como, rótulos e ideologias.

Pode-se então dizer que, a política brasileira é vista em perspectiva diferente quando pensamos nos eleitores. Talvez pelo desconhecimento sobre as ideologias ou simplesmente pela busca de um cenário político diferente daquele que é demonstrado nos noticiários. Para os eleitores brasileiros parece ser mais importante um político eficaz do que determinar a qual ideologia ele deve aderir.

A partir dos breves apontamentos acima sobre o contexto em que se inserem os parlamentares evangélicos, é possível entender se, de fato, a literatura em Ciência Política aponta para a existência de considerável coesão.

5.5 Coesão entre os parlamentares evangélicos

Perspectivas iniciais nos levam a crer que a bancada evangélica em Brasília se constitui em um grupo coeso e uniforme. Porém, segundo Oro (2003) e Fonseca (2002), são poucos os casos de votações em plenário que se pode afirmar a existência de uniformidade. Em suma, ela está relacionada a assuntos morais e não se pode falar em um “voto evangélico” ou em uma figura que represente a totalidade dos deputados evangélicos (FONSECA, 2002; CERVEIRA, 2013).

Para Pedro Neiva (2011) a coesão diz respeito à “similaridade de preferências entre os membros do grupo, da capacidade de trabalharem juntos para obterem os seus objetivos”.

Nesse sentido, é importante considerar que cada parlamentar está vinculado a uma igreja diferente dos demais e que os interesses de cada uma tende a ser heterogêneo. Essa característica leva ao cenário de disputas e tensões mesmo dentro de uma bancada com ideologias religiosas congruentes.

Outra questão a ser mencionada é o fato de que também existe considerável pluralidade nos partidos da bancada evangélica, mesmo que atentemos ao fato de que muitos

partidos brasileiros levam títulos cristãos – ou democracia cristã – em seus nomes (PSC, PRB, PSDC, PTC, PHS). Não há, contudo, um partido que se intitule Partido Evangélico Brasileiro ou similar. Essa não parece ser a pretensão dos evangélicos que se envolvem com a política – o que nos remete ao pensamento particularista ou associativista por parte dos parlamentares ou das instituições religiosas a que se filiam ou defendem. Essa pluralidade nos remete à disciplina partidária, que consiste no controle dos partidos sobre os votos de seus parlamentares (TSEBELIS, 1995), ou seja, os interesses partidários podem entrar em choque com os interesses da bancada evangélica.

Dentro da FPE é consenso que quando a temática a ser votada não for de caráter religioso cada parlamentar ficará livre para votar de acordo com seu próprio partido e não com a frente (MARIANO, 2010).

5.6 Os parlamentares evangélicos entre a Esquerda e a Direita

A bancada evangélica no Congresso Nacional adota postura conservadora em relação à maioria das pautas que ascendem ao debate, conforme mencionado anteriormente. Mas isso não quer dizer que esse conservadorismo se configure em conservadorismo político, ou seja, quando assuntos seculares são debatidos entre os deputados, aqueles evangélicos tendem a se dissipar a uniformidade.

Alguns autores (PIERUCCI, 1989; BOHN, 2004; CODATO, 2015) mostram que o comportamento político recente dos parlamentares e da comunidade evangélica em geral tem se configurado numa nova classe política, a nova Direita. Conforme mencionado anteriormente, os parlamentares evangélicos adicionam valores tradicionais a comportamentos de esquerda e de direita. Neste último, há discussões em torno da intervenção do Estado na Economia – e como isso deve ocorrer, do direito de propriedade, da liberdade individual, da resistência à reforma agrária e da liberdade religiosa.

O tradicionalismo é historicamente associado à direita e ao conservadorismo. A iniciativa privada e o direito de propriedade são defesas recorrentes da direita frente à esquerda que, por sua vez, pretende maior intervenção estatal na economia e nos programas sociais. Pensando nisso, Simone Bohn tenta situar os evangélicos numa escala, porém, “*seu posicionamento frente a esses três importantes tópicos não nos permite situá-los quer claramente à direita ou à esquerda*”.

Isto quer dizer que ao estudar o perfil dos evangélicos brasileiros e questionando-os sobre temáticas de saúde, previdência social e educação, é arriscado agrupar e posicionar os evangélicos como um grupo coeso em determinado ponto da reta.

Os evangélicos não se distinguem dos demais grupos nem por um eventual elevado nível de estado-centrismo, nem pela defesa obstinada do controle exclusivo da iniciativa privada. Os católicos, por outro lado, aparecem como defensores mais árdios da presença exclusiva do Estado do que os evangélicos. Em todas as atividades, além disso, os menos favoráveis ao exclusivismo estatal são encontradas entre os kardecistas. Assim sendo, se a defesa da diminuição da participação do Estado na economia é uma das teses direitistas, então é bastante problemático vincular os evangélicos à direita do espectro político (BOHN, 2004. p. 321).

Dados levantados por Simone Bohn demonstram que os evangélicos brasileiros são favoráveis à presença do Estado em atividades relacionadas à educação, saúde e previdência social. Para a autora, esse tipo de posicionamento parece refletir a intenção dos evangélicos em garantir que suas instituições religiosas que atuam nessas temáticas continuem funcionando. De maneira oposta, essa preferência pela atividade estatal tende a diminuir quando são colocados os serviços bancários e os transportes.

A tabela abaixo demonstra como os evangélicos se diferenciam no interior de suas denominações, em relação a três tipos de atividades:

Figura 4 Estado versus Iniciativa Privada na Opinião dos Evangélicos

Atividade	Transportes		Coleta de lixo		Administração de estradas e rodovias	
	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas
Assembléia	59.2	25.0	72.5	17.5	74.2	13.3
Congregação	66.7	27.8	71.0	26.3	78.9	21.0
Universal	65.4	23.1	53.8	38.5	61.5	34.6
Outras pent.	61.2	26.2	60.0	26.2	77.8	18.5
Batista	31.2	29.2	59.2	22.4	65.3	14.3
Outras não-pent.	45.9	35.1	55.3	31.6	57.9	26.3
Não especificou	61.1	27.8	68.4	21.0	67.6	21.6
Chi-quadrado (valor)	0.000 (43.3137) 0.0964		0.002 (34.3673) 0.0855		0.000 (38.4975) 0.0907	

Fonte: ESEB, 2002; BOHN, 2004.

É possível notar que entre os pentecostais há preferência pelo Estado quando se fala em coleta de lixo e administração de estradas e rodovias. Além disso, os não pentecostais e batistas parecem ser aqueles mais dispersos em relação aos assuntos abordados – isso pode indicar uma aproximação com a direita.

Por último, e não menos importante, a maioria dos evangélicos pensa que o governo deve controlar os preços de todos os produtos comercializados no Brasil e que o Estado deve socorrer as empresas em dificuldade (BOHN, 2004).

Os dados acima são referência para que possamos entender qual é o público alvo dos parlamentares evangélicos e como eles pensam em relação a alguns assuntos divergentes entre esquerda e direita. Obviamente as informações são curtas e preliminares e necessitariam de maior detalhamento para compreensão de como se configura o pensamento evangélico nos temas propostos.

Nota-se que a bancada evangélica não parece ter a pretensão de criar muitas leis, talvez pelo fato de não ser capaz de fechar votação e conseguir quórum nas votações de determinados temas. Além disso, os parlamentares evangélicos têm demonstrado interesse na manutenção da maioria das leis vigentes e preservação *do status quo*. Nesse sentido, é perceptível que aqueles partidos que têm expressiva participação dos evangélicos não possuem alto desempenho na proposição de leis no Congresso Nacional. Essa característica coloca os parlamentares na condição de *veto players* atentando para as normas da Constituição Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (TSEBELIS, 1998; MACHADO, 2015).

A FPE tem perfil claramente conservador, porém, recentemente participou de governos conduzidos por forças progressistas e de esquerda – Lula e Dilma. Mesmo considerando as características dos governos em que participaram isso não se tornou um fator preponderante para que houvesse alteração significativa no perfil conservador dos parlamentares evangélicos.

A maioria dos partidos brasileiros quer ter evangélicos se candidatando em suas legendas, pois sabem da força que o segmento tem demonstrado no Congresso Nacional, da representatividade no eleitorado brasileiro, da capacidade que têm para atrair votos de seus fiéis e levantar recursos financeiros.

Retomando os questionamentos iniciais desta parte do trabalho e a partir da análise de parte da literatura em Ciência política, podemos chegar a algumas conclusões iniciais sobre os parlamentares evangélicos.

Primeiro, a postura da bancada evangélica não deve ser considerada como à parte das demais bancadas presentes em nosso cenário político, ou seja, a tendência é de que os

parlamentares evangélicos se comportem de maneira similar àqueles que não se filiam a qualquer denominação evangélica.

Em segundo lugar, as igrejas evangélicas influenciam na condução dos trabalhos políticos. Aqueles deputados que se elegem com uma base fundamentada em suas denominações acabam por manter uma dívida com a instituição religiosa. Essa conta será cobrada durante o mandato. Casos assim são notáveis em deputados do PRB e aqueles vinculados à Assembleia de Deus e à Igreja do Evangelho Quadrangular.

Em terceiro lugar, podemos notar que o que realmente importa no momento de decisão são os valores tradicionais para que os deputados decidam em relação a temas morais e éticos. Nesse sentido, a filiação à Frente Parlamentar Evangélica se torna crucial para que os deputados votem de maneira uniforme. Porém, nos casos de votação de assuntos seculares, os parlamentares são “liberados” para agir de acordo com a determinação de seus partidos.

Por fim, notamos que as ideologias de esquerda e direita têm peso pouco significativo entre os eleitores evangélicos e isso acaba por se configurar numa dispersão entre o posicionamento dos parlamentares evangélicos. Nas palavras de Simone Bohn,

(...) os fiéis evangélicos são realmente mais tradicionalistas: isto é, se revelam como defensores mais árdios da moral social e da aplicação estrita dos valores desse código na regulação da vida coletiva. Por outro lado, esse tradicionalismo não se traduz diretamente num conservadorismo político: seu grau de oposição em relação a greves contra o governo é similar ao encontrado entre os católicos. Seu posicionamento frente a tópicos relativos à participação da iniciativa privada e à intervenção direta do Estado no funcionamento da economia mostra, além disso, que os evangélicos não podem ser categorizados inequivocamente como pertencendo a um dos pólos do eixo esquerda-direita (BOHN, 2004, p. 322).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A demonização da esfera política e a secularização dos assuntos religiosos entram em choque quando pensamos na inserção religiosa no campo político. É aceitável admitir que esses tipos de pensamento ainda sejam recorrentes, afinal, ao longo dos séculos a presença da Igreja nas instituições do Estado sempre foi objeto de questionamento. De fato, essa relação não parece benéfica, porém, a religião cristã tem demonstrado enorme valor ao desenvolvimento do pensamento político. Todas as formas de governo ou modelos políticos originam-se em preceitos religiosos – mesmo que este seja o de tornar o próprio Estado em uma religião.

A Reforma Protestante do século XVI também foi marcante nos assuntos relacionados à política e João Calvino certamente foi o maior pensador a esse respeito. Em sua obra clássica *As Institutas da Religião Cristã* o reformador francês esmerou-se por dedicar um capítulo exclusivo à “Administração Política”. Para Calvino, era fundamental que o pensamento cristão fosse norteador à conduta dos magistrados e autoridades políticas da cidade de Genebra. Obviamente que o pensamento do reformador não se limitava àquela cidade, mas, constituía-se numa referência ética e religiosa para as próximas gerações da Europa pós Reforma Protestante.

Por sua vez, o desenvolvimento industrial europeu do século XVII trouxe consigo o surgimento de duas ideologias político-econômicas que passariam a polarizar o mundo. A primeira é o Liberalismo e, em consequência dele, o surgimento do Socialismo. As duas ideologias pretendiam superar a velha sociedade feudal alicerçada nos poderes dos reis e da igreja. Como bem sabemos, os anos se passaram e essa configuração ganhou os rótulos de “Esquerda” e “Direita” – inclusive superando o significado original dado durante Revolução Francesa.

No contexto brasileiro o início do século XX mostrou que os evangélicos pretendiam se inserir gradualmente na política. Isto se deu inicialmente por meio das denominações tradicionais como a luterana, a presbiteriana e a metodista. Nas décadas seguintes o número de parlamentares evangélicos cresceu, principalmente com o advento dos pentecostais e neopentecostais. Sendo assim, a Assembleia Nacional Constituinte foi formada com a presença notória dos parlamentares protestantes que, por sua vez, conseguiram valer-se das prerrogativas legais para colocar sua agenda na pauta de discussões.

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou em parte da literatura em Ciência Política e Ciências Sociais, informações sobre o comportamento dos parlamentares evangélicos e quais são as perspectivas para a atuação desses atores frente a temas que divergem ideologicamente entre Esquerda e Direita. Nesse sentido, algumas conclusões podem ser feitas.

A separação entre Igreja e Estado no Brasil é feita de maneira indireta pela Constituição Federal, por sustentar que os indivíduos são livres para expressar sua crença religiosa e consciência. Além disso, o artigo 19 da Constituição diz que o Estado é impedido de estabelecer cultos ou igrejas. Essa é uma questão consideravelmente delicada, pois, está em jogo a laicidade das instituições públicas brasileiras e não há na legislação pormenores sobre a relação entre Estado e Igreja ou sobre Religião e Política. A esse respeito o debate parece interminável.

O conteúdo das páginas anteriores sustenta que a religião e, conseqüentemente, os atores religiosos não devem ser impedidos de se inserir na arena política bem como de levar seus valores e ideais. Uma postura contrária seria excluir grande parte dos evangélicos das decisões políticas e poderia haver problemas de representação nos processos legislativos e de planejamento de políticas públicas.

Não é propagada a utopia, principalmente dos evangélicos tradicionais, de transformar o Brasil em um “país evangélico” assim como foi um país católico. Os parlamentares evangélicos das últimas legislaturas também têm demonstrado que não parece haver o desejo de formação de um “partido nacional evangélico” para congregação dos interesses. Do contrário essa classe de políticos tem se inserido de maneira dispersa nos partidos brasileiros. Aqui cabe ressaltar que a dinâmica do segmento evangélico é deveras complicada e que as denominações protestantes são heterogêneas, possuem teologia e estruturas diferentes – e muitas vezes opostas – para se pensar numa coesão sistemática.

Sobre a atuação parlamentar evangélica este trabalho destacou o papel desempenhado pela Frente Parlamentar Evangélica enquanto sistematizadora e orientadora dos deputados e senadores a ela filiados. Os parlamentares evangélicos contam com a ajuda da FPE para traçar estratégias revestir-se dos argumentos legais e religiosos na oposição a projetos que ameaçam seus valores e crenças. A composição heterogênea da FPE se aproxima da coesão quando tais assuntos são colocados em pauta, porém, o processo decisório legislativo envolve as mais variadas temáticas.

A atuação da FPE e a experiência dos parlamentares evangélicos mostra que eles aprenderam a fundamentar seus argumentos não apenas nos ideais religiosos, mas, passaram a se utilizar dos instrumentos jurídicos e constitucionais de um Estado laico.

Com relação às ideologias políticas os evangélicos são caracterizados como sendo naturalmente de direita. Porém, nota-se que há um crescimento dos chamados evangélicos progressistas aliados ao pensamento da Teologia da Missão Integral e que defendem uma agenda majoritariamente esquerdista. Nesse sentido, alguns autores consideram o tradicionalismo religioso aliado à direita e ao conservadorismo, porém, a literatura não nos mostra que se pode concluir ou posicionar os evangélicos numa escala que vai da esquerda à direita.

Uma possível incongruência pode ser assinalada quando vemos a FPE de perfil claramente conservador compondo a base de governos de esquerdas e progressistas, como foi o caso dos governos Lula e Dilma. As características desses governos não foram determinantes para que os parlamentares evangélicos ficassem de fora do poder.

Esse tipo de apontamento é fundamental para compreendermos que a bancada evangélica em Brasília não apresenta características completamente diferentes e deve se comportar de maneira similar às demais bancadas não evangélicas. As denominações evangélicas – principalmente Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus – influenciam constantemente as decisões dos parlamentares que ajudaram a eleger.

No momento em que os parlamentares evangélicos precisarem decidir entre temas que são divergentes entre esquerda e direita, a tendência é que venham a agir em conformidade com o que pensam seus eleitores. Para estes, as ideologias são pouco significantes, pois, preferem atentar para valores ligados à honestidade e eficácia administrativa.

É possível inferir que quando os parlamentares evangélicos precisarem decidir sobre temas seculares a ideologia terá pouco significado. Fora dos temas morais e éticos, a bancada evangélica é orientada a votar de acordo com a determinação do partido ou com a própria consciência, se for o caso. Em outras palavras, eles serão semelhantes aos demais deputados e o fator religioso será apenas um detalhe frente à complexidade do jogo político brasileiro.

É inegável que nos últimos anos a representação evangélica tem se tornado ainda mais relevante na política brasileira. Novas variáveis foram inseridas na decisão de voto do eleitor e na complexidade política nacional. Tornou-se impossível considerar as eleições brasileiras e

o jogo político sem a interferência dos atores evangélicos. A religião cristã e o agrupamento evangélico demonstrou enorme capacidade de influência política, de adaptação às regras do jogo e de resistência à oposição ao pensamento tradicionalista e conservador.

Para os grupos tradicionais do segmento evangélico, como os Reformados²³, jargões em referência aos parlamentares evangélicos como “eleitos para mudar o Brasil”, “homens e mulheres tementes a Deus na política”, “políticos que fazem a diferença” parecem fomentar a utopia de que algum dia um “servo do Senhor” ocupará a presidência. O que se tem verificado é que a utilização desse tipo de nomenclatura na política tem produzido pouco sentido e resultado em ínfimas mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Na prática política, os parlamentares evangélicos agem de acordo com as regras de mercado e na maioria das situações, colocam de lado a ética protestante, os princípios e as doutrinas originárias da Reforma Protestante.

Com base nos dados e na literatura aqui discutida, é possível levantar muitas hipóteses sobre o comportamento dos parlamentares evangélicos quando se trata de temas seculares que divergem entre as ideologias esquerda e direita. Para validação da hipótese de que não existe coesão entre os parlamentares evangélicos quando abordamos essas questões serão necessárias a complexificação e validação empírica.

Ademais, este Trabalho de Conclusão de Curso não procurou colocar ponto final em questões relacionadas aos políticos evangélicos, porém, as breves conclusões aqui apresentadas podem trazer melhor compreensão sobre a bancada evangélica e servir como ponto de partida para novos estudos sobre o comportamento desse segmento político.

²³ Os cristãos reformados são basicamente caracterizados como aqueles que aderem aos “Cinco Pontos do Calvinismo” formulados no Sínodo de Dort, que ocorreu entre 1618 e 1619, na cidade de Dordrecht, Holanda. Outros Símbolos de Fé fazem parte da tradição reformada como a Confissão e os Catecismos de Westminster, o Catecismo de Heidelberg, a Segunda Confissão Helvética, os Catecismos Menor e Maior de Lutero, dentre outros. Em suma, o pensamento reformado propõe uma abordagem teocêntrica da existência humana sob a orientação da Bíblia, e envolve a compreensão de que todas as autoridades civis e magistrados são possibilitados por Deus e não necessariamente devem a Ele temor, porém, de maneira quase até mesmo imperceptível fazem sua vontade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. H. T.; MOYA, M. A reforma negociada: O congresso e a política de privatização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo - ANPOCS, v. 12, n. 34, p. 119-132, 1997.

AMADEO, J. O surgimento da consciência cívica na Inglaterra revolucionária do século XVII. In: *Justicia en la Teoría Política Clásica y Moderna*. *Revista de Teoria y Filosofía Política Clásica y Moderna*, vol. 1 N° 1 - Noviembre 2011 a Mayo 2012 – pp. 117-149.

CASTRO, M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros. In: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n° 4, pp. 961-1001, 2009.

ARANHA, M. L. A. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo. Editora Moderna, 1993.

ARAÚJO, P. M. As eleições bicamerais e o perfil dos parlamentares no Congresso Nacional: candidatos eleitos e não eleitos da 52ª legislatura. In: *Teoria & Pesquisa*, *Revista de Ciência Política*, São Carlos, vol. 22, n. 1, p. 1-17, jan-jun. 2013.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos no Brasil*, São Paulo: Editora Annablume; Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Estudos liberais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. 131 p.

BIÉLER, André. *O Humanismo Social de Calvino*. São Paulo: Editora Pendão Real, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo. UNESP, 1995

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 9ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do estado*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As Duas Fases da História e as Fases do Capitalismo* Texto Para Discussão 278. Fundação Getúlio Vargas, maio, 2011.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. Edição Especial. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

CAMPOS, Leonildo. Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

CARREIRÃO, Y. de S. A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, São Paulo, 2000.

_____. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 2, p.307-339, Novembro, 2007.

CERVEIRA, S. A. Religião, política e secularização: Temas morais polêmicos na percepção de deputados estaduais brasileiros. (Tese de Doutorado). UFMG. 2011.

_____. Protestantismo Tupiniquim, Modernidade e Democracia: limites e tensões da(s) identidade(s) evangélica(s) no Brasil contemporâneo. Revista de Estudos da Religião – REVER. Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC, São Paulo, 2008.

CERVI, E. A evolução das bancadas de direita no Brasil: uma análise da Câmara dos Deputados (1945-2014). Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v.1, n. 1. p.1-8, outubro, 2014.

CODATO, A; BOLOGNESI, B. Como a nova direita se consolida no Brasil, 2015. Disponível em <<http://brasileiros.com.br/2015/09/como-nova-direita-se-consolida-no-brasil/>> Acesso em 22 de jun. de 2016.

COLE, G.D.H. Historia del pensamiento socialista. vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CORADINI, Odaci L. Frentes Parlamentares, Representação De Interesses E Alinhamentos Políticos Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, jun. 2010.

CORRÊA, Luiz Carlos Machado. Veto players e processo decisório estudo do Comportamento político da frente parlamentar evangélica na câmara dos deputados (2003 – 2014) / Tese de Mestrado. Universidade Federal do Pará – UFPA, 2015

DIAP. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br>>. Acesso em 8 de jun. de 2016.

DOURADO, D. S. Cosmovisão Calvinista na Educação e Política. Universidade Estadual do Centro-Oeste Do Paraná. Guarapuava. 2009.

DUARTE, Tatiane S. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul./Dic. 2012.

FEUERBACH. Oposição das Concepções Materialista e Idealista. (Capítulo Primeiro de A Ideologia Alemã). Karl Marx e Friedrich Engels. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm#topp> >. Acesso em 17 de mai. de 2016.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. As Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 44, p 81-106, 1998.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 1993.

_____. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

_____. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006. 200p.

GONÇALVES, Rafael B. Dilemas entre dogmas religiosos e os direitos da população LGBT no discurso parlamentar evangélico. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Anais. Águas de Lindóia, 2013

HAYEK, Friedrich August von. *O Caminho da Servidão*. 5. ed., Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p.

KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. Trad. Ricardo Gouvêa e Paulo Arantes. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002, 208 p.

LAFER, Celso. Apresentação. In: MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 7-25.

LIMONGI, F. et al. Forma de governo, leis eleitorais e poder agenda. XXIII Encontro Anual da ANPOCS. Anais. Caxambu - MG, 1999.

LOCKE, John. *Carta Acerca da Tolerância*. John (1632-1704). Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

_____. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

- LOPES, Noemi Araújo. A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MACHADO, M. das D. C. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MACPHERSON, C. B. A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MAIA, E. L. C. Os evangélicos e a política. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 2 (4), p. 91-112, agosto-dezembro/2006.
- MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: Hermílio Santos. (Org.). Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. 1ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, v. 1, p. 101-124, 2010.
- MARIANO, R.; HOFF, M.; DANTAS, T. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. Debates do NER, ano 7, n. 10, Porto Alegre, p. 65-78, jul-dez. 2006.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 2. ed. São Paulo: Escriba, 1968.
- MARX, Karl (1875 [1961]) "Critique of the Gotha Program", in T.B. Bottomore and Maximilian Rubel, Selected Writing in Sociology and Social Philosophy, London, Watts & Co., 1961. Escrito em 1875. Originalmente publicado por Friedrich Engels no Neue Zeit, 1891.
- MEETER, H. Henry. The Basic Ideas Of Calvinism. In: La Iglesia y el Estado (Grand Rapids, TELL), 1963, pp. 93-101.
- MIGLIOLI, Jorge. Schumpeter E O Porecimento Do Capitalismo E Da Burguesia. Estudos de Sociologia. v. 7, n. 12. São Paulo. 2002
- MISES, Ludwig von. Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica / Ludwig von Mises. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 125p.
- MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai. São Paulo: Senac, 2001.
- NEIVA, Pedro R. P. Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, pp. 289 a 318, 2011.

Notícia. Como a bancada evangélica se posiciona na economia e nos costumes. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705534-como-a-bancada-evangelica-se-posiciona-na-economia-e-nos-costumes.shtml>>. Acesso em 21 de jun. de 2016.

Notícia. DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 Deputados. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>>. Acesso em 2 jun. de 2016.

Notícia. DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Eleições 2014: direita política se populariza no Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=45&Itemid=204>. Acesso em 08 de jun. 2016.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, nº 1, jun. 2003

_____. Religião e Política no Brasil. In: ORO, A. P. (Org.). Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar Editorial, p. 75-156, 2006.

ORO, Ari Pedro, Marcela URETA. Religião e política na América Latina. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

PESSOA, Samuel A. Direita e Esquerda: Demarcação no Brasil Pós FHC e Lula. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.352-362, dezembro 2007.

RENNÓ, Lúcio. & CABELLO, Andrea. (2010). “As bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *RBCS*, vol. 25, nº 74, pp. 39-60, outubro/2010.

RODRIGUES, L. M. Mudanças na classe política brasileira, São Paulo: PubliFolha, 2006.

_____. Os partidos brasileiros representam algo? In: *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 16-36, 2009.

ROTHBARD, Murray N. *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 44p

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social ou principe du droit politique; e Fragments politiques. Ouvres complètes. T. III*. Paris: Pléiade, 1964.

SCHEEFFER, Fernando. *Esquerda e direita: velhos e novos temas*. 38º Encontro Anual da Anpocs. Anais. Caxambu - MG, 2014.

SEGRILLO, Angelo. *A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 3: pp. 615-632, 2004.

SENNHOLZ, Hans F.; GORDON, D.; NORTH, G.; ROQUE, L. *Karl Marx e a diferença entre comunismo e socialismo*. 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2063>>. Acesso em 10 de maio de 2016

SERNA, André Marengo Miguel. *Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai*. Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 22 Nº. 64. 2007.

SILVA, Ligia M. O. OLIVEIRA, Milena F. *Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 31, p. 65-96, fevereiro 2012.

SILVEIRA, F. E. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOTO, Jesús H. *O que é realmente o socialismo e qual o seu maior problema*. 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1430>> Acesso em 16 de mai. de 2016.

SOUZA André R. de. *O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008*. Anais do ii encontro nacional do gt história das religiões e das religiosidades Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, Maringá (PR), v. 1, n. 3, 2009. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em 10 de mai. de 2016.

TREVISAN, Janine. *A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609.

TSEBELIS, G. Processo decisório em sistemas políticos: *veto players* no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun-1995.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. Enpublicacion: *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron*, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; USP, Universidade de São Paulo. 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZUCCO Jr., Cesar. *Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros*. Seminário *Legislator Views of Brazilian Governance*. Princeton University, 2009